ANEXO III – PROGRAMAS DAS PROVAS

CARGOS/FUNÇÃO COM REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1. Leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros textuais, verbais e não verbais. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação. Significados contextuais das expressões linguísticas. 2. Sequenciais textuais: descritiva, narrativa, injuntiva, argumentativa, dialogal. 3. Organização do texto: Coesão e coerência textuais. Funcionalidade e características dos gêneros discursivos: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, aviso, artigo de opinião, infográfico, conto, poema, crônica, resenha, cartum, charges, tirinhas, quadrinhos etc. Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). 4. Organização da frase. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. 5. Formação das palavras. Composição, derivação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
CASTILHO, A. T. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
KOCH, Ingedore G. V. A coesão lexical. São Paulo: Contexto, 2000.
_____. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo: Contexto, 2000.
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1.Assistência de enfermagem à criança, mulher, adulto e idoso nas afecções cardiovasculares, respiratórias, neurológicas, gastrintestinais, endócrinas e renais. 2. Assistência de enfermagem no período perioperatório. 3. Assistência de enfermagem a pacientes críticos e aos gravemente enfermos. 4. Atendimento de enfermagem a pacientes portadores de doenças infecto contagiosas. 5. Semiologia e semiotécnica em enfermagem. 6. Procedimentos de enfermagem no atendimento às necessidades humanas básicas - verificação de sinais vitais, oxigenoterapia, aerossolterapia, curativos; preparo e administração de medicamentos; higienização e conforto, aplicação terapêutica de frio e calor, sondagens nasogástrica, nasoentérica e vesical; cuidados com drenos, suporte nutricional enteral. 7. Prevenção e controle de infecções - limpeza e desinfecção de superfícies e artigos, equipamento de proteção individual, precauções padrão, técnicas de isolamento, manejo dos resíduos dos serviços de saúde, exposição ocupacional a material biológico. 8. Bioética, ética e exercício profissional. 9. Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes gerais do SUS, política de humanização do atendimento à saúde, acolhimento com classificação de risco nos serviços de saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Os 5 momentos para a higienização das mãos. Acesso em 10 abr 2013. Disponível em:
http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/8dd6bd0047457ada87bdd73fbc4c6735/5+momentos+A3.pdf?MOD=AJPERES
AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC n. 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em:
http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/ebe26a00474597429fb5df3fbc4c6735/RDC_306.pdf?MOD=AJPERES

BARROS, A. L. B .L. *et a*l. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 440 p.
CINTRA, E. de A. et al. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003. 671 p.
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei n. 7.498 de 25 de Junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://site.portalcofen.gov.br/node/4161
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 311 de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://site.portalcofen.gov.br/sites/default/files/resolucao_311_anexo.pdf
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 358 de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em http://site.portalcofen.gov.br/node/4384.
GUIMARÃES, H. P. *et al.* (editores). Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE. Dallas: American Heart Association, 2010. Acesso em 08 abr 2013. Disponível em: http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf.
LIMA, I. L.; MATÃO, M. E. L. (orgs.). Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. 8. ed. rev. e ampl - Goiânia: AB, 2007. 600p.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gerenciamento_residuos.pdf
MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF.
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/hepatites_guia_1259684758.pdf
MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. Manual de aconselhamento em hepatites virais. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/politicas/hepatites_aconselhamento.pdf
MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DIRETORIA TÉCNICA DE GESTÃO. Dengue : diagnóstico e manejo clínico - adulto e criança. 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_manejo_adulto_crianca__4ed_2011.pdf
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria N.° 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a norma regulamentadora n.º 32 - NR 32. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/avalia/saude_do_trabalhador_portaria_485_aprova_NR32.pdf
MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDAK, C. M.; GALLO, B. M. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Trad. Ivone Evangelista Cabral, José Eduardo Ferreira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
POSSO, M. B. S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1999.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol, v. 95, n. supl. 1, p. 1-51; 2010. Acesso em 04 abr 2013. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_ERRATA.pdf
MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA EXECUTIVA. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Acesso em 06 abr 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

1.História da radiologia. 1.1.Fundamentos básicos da técnica radiológica. 1.2.Ética. 1.3.Proteção e higiene das radiações.1.4.Regulamentação de técnicas radiológicas.1.5.Conhecimentos técnicos sobre operacionabilidade de equipamentos em radiologia. 2.Câmara escura:manipulação de filmes, chassis,

écrans reveladores e fixadores, processadora de filmes. 3. Câmara clara: seleção de exames, identificação; exames gerais e especializados em radiologia. 4. Fluxograma técnico-administrativo: registro do paciente, identificação, encaminhamento de laudos, arquivamento. 5.Métodos de imagem: tomografia, ressonância magnética, hemodinâmica, mamografia, exames contrastados. 6.Anatomia. Posicionamento, Técnicas e Protocolos para realização de exames em radiologia geral, contrastada, tomografia computadorizada e ressonância magnética. 7. Física da radiação ionizante. 8. Meios de proteção à radiação. 9. Filmes e processos de revelação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Almir Inácio da Nobrega. Manual de Yomografia Computadorizada. Ed. Atheneu 1° Edição 2007.
BIASOLI JR.,ANTONIO MENDES. Perguntas e respostas comentadas de técnicas radiográficas. Editora Rubio. 2006.
_____. Técnicas Radiográficas. Editora Rubio,2006.
_____. Atlas de Anatomia. Editora Rubio, 2006.
_____. Técnicas Radiográficas: Princípios Físicos, Anatomia Básica Posicionamento – Ed. Rubio 1° Edição 2006.
BOISSON, LUIZ FERNANDO. Técnica radiológica médica: básica e avançada. Editora Atheneu, 2007.
BONTRAGER, KENNETH L. - Lampignano, John P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada Ed. Elsevier 7° Edição 2009.
CHRISSIE W. Clark. Posicionamento radiográfico. Editora Guanabara Koogan.12ª edição. 2007.
FLECKENSTEIN, Traum-Jesen Anatomia em Diagnóstico por Imagens Ed. Manole 2° Edição 2004.
KL, LAMPIGNANO, JOHN. Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada. Editora Elsevier, 6 e 7ª edição.
KELLEN ADRIANA CURCI DAROS & ALMIR INACIO DA NOBREGA. Técnicas em Ressonância Magnética Nuclear.Ed. Atheneu 1° Edição 2006.
MELLO JUNIOR, Carlos – Revinter Radiologia Básica Ed. Revinter 1° Edição 2010.
WHITLEY A, STEWART, SLOANNES, CHARLES, HOADLEY, GRAHAM MOORE, ADRIAND, ALSOP,

CARGOS COM REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais, verbais e não verbais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos. 2. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc. 3. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecedores da referência textual. 4. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto. 5. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura etc. 6. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele. 7. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos.

Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções. 8. Formação das palavras. Composição, derivação. 9. Língua padrão normativa.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE; M. L. M; ABAURRE; M. B. M. Produção de texto. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.
ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa*:* noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
DOUGLAS, TUFANO, MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
ILARI; R.; BASSO, R. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.
KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto.* São Paulo: Contexto: 2007.
MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.
MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.2. O Processo de Renovação do Serviço Social. 3. Movimento de Reforma Sanitária e Serviço Social.4. A construção e a hegemonia do Projeto Ético Político do Serviço Social. 5. A Seguridade Social e a democracia no Brasil pós 1988.6. Desafios contemporâneos da atuação profissional.7. O trabalho do assistente social e os espaços-ocupacionais na contemporaneidade.8. Questão Social, Política Social e Serviço Social. 9. A mundialização do capital, o mundo do trabalho e Serviço Social.10. A política de saúde e a contra-reforma do Estado brasileiro.11. Estado, Direitos sociais e movimentos sociais no Brasil. 12. Trabalho e formação profissional no Serviço Social.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 104. out./dez. São Paulo: Cortez, 2010. p.605-631.
BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2007.
BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete S. Política social: fundamentos e história/. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.
BRAVO, M.I. S, PEREIRA, Potyara A. Política social e democracia. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2007.
BRAVO. Maria Inês. Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e reforma sanitária. Rio de Janeiro: UERJ. 1996.
CORREA. Maria Valéria Costa. Controle Social e Saúde. Disponível www.fneps.org.br/serviço_social_saude
AMAMOTO, Marilda Villela;CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
_____ As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. Texto disponível no site www.fnepas.org.br/serviço_social_saúde/texto 2-2
_____. O serviço social na cena contemporânea. In: *Direitos Sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 16-50.
_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Direitos Sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p342 -375.
MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: *O mito da assistência social:* ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008. p133 – 146.
NETO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – Uma análise do serviço Social no Brasil pós-64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELLIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: *Direitos Sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.378-391.
SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 104. out./dez. São Paulo: Cortez, 2010. p. 605-631.
VASCONCELOS. Ana Maria. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2001. Disponível site: www.fnepas.org.br/servico_social_saude.Parâmetros para atuação de assistente social na saúde. CFESSCFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Aprovado em 15 de março de 1993. Código de Ética profissional do Assistente Social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: AUDITOR FISCAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Geral: 1. Planejamento: Planejamento; Planejamento estratégico e Planejamento estratégico situacional. 2. Processo decisório: técnicas de análise e solução de problemas; fatores que afetam a decisão; tipos de decisões. 3. Gestão de pessoas: estilos de liderança; gestão por competências; trabalho em equipe; motivação; empoderamento. 4. Gestão: Gerenciamento de projetos; Gerenciamento por processos, Gestão da Mudança; Gestão da informação e do conhecimento. 5. Controle administrativo: indicadores de desempenho; conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. 6. Comunicação organizacional: habilidades e elementos da comunicação. Administração Pública: 7. Organização do Estado e da Administração Pública. 8. Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. 9. Experiências de reformas administrativas. 10. O processo de modernização da Administração Pública. 11. Evolução dos modelos/paradigmas de gestão: a nova gestão pública. 12. Governabilidade, governança e *accountability*. 13. Governo eletrônico e transparência. 14. Qualidade na Administração Pública. 14. Novas tecnologias gerenciais e organizacionais e sua aplicação na Administração Pública. 15. Gestão Pública empreendedora. 16. Ciclo de Gestão do Governo Federal. 17. Controle da Administração Pública. 20. Ética no exercício da função pública. 21. Orçamento público e os parâmetros da política fiscal. 22. Ciclo orçamentário. 23. Orçamento e gestão das organizações do setor público; características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias); mensuração de desempenho e controle orçamentário. 24. Elaboração, Gestão e Avaliação Anual do PPA. 25. Modelo de gestão do PPA – Decreto n. 5.233, de 06/10/04. 26. Compras no setor público. 27. Conhecimentos básicos de políticas públicas: elaboração, implementação e avaliação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BANDEIRA DE MELO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 1119p.
MORAES, Alexandre. Constituição Federal/ 88. São Paulo: Ed. Atlas – 2001.
BARROS, Luiz Celso. Ciência das Finanças. São Paulo: EDIPRO, 1999.
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado. Brasília: Enap, 1996.
CAMPOS, Dejalma de. Direito Financeiro e Orçamentário. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.
CRUZ, Flávio da. Comentários à Lei n. 4.320. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.
DA ROSA JR., Luiz Emygdio F. Direito Financeiro e Direito Tributário, Ed. RENOVAR, RJ, 1998.
DALLARI, D. A. Direitos Humanos e Cidadania. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GIACOMONI, James; PAGNUSSSAT, José Luiz. Planejamento e Orçamento Governamental. Vols. 1 e 2. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/>.
GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. Finanças Públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campos, 1999.
LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz. Administração, princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

LÁZARE, Natalino. Servidor Público: Uma luz no fim do túnel. 2ª ed. Santa Catarina: Perfil Brasileiro. 1995.
Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e respectivas alterações. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>.
Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e suas respectivas alterações. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>.
Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>.
MATIAS-PEREIRA, JOSÉ. Curso de administração pública contemporânea: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010.
MATUS, Carlos. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1993.
MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Introdução à administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.
MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PETRY, Paul H. Jr. Administração Conceitos e Aplicações. São Paulo: Harbra, 1998.
MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 910p.
NASCIMENTO. Edson Ronaldo. Gestão Pública. 2ª ed. Rev. e Atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
OSBORN, David e GAEBLER, TED. Reinventando o Governo; como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Trad. De Sérgio Fernando Guarischi Bath e Ewandro Magalhães Jr. 2ª ed. Brasília: MH Comunicação, 1994.
PEIXE, Blênio César Severo. Finanças Públicas: Controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.
PETERS, B. GUY; PIERRE, JON. Administração Pública: Coletânea. Brasília: Enap. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 649p.
PRATES, Ceres Alves. Gestão Pública Empreendedora. Brasília: Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/pl000027.pdf>.
SANTOS, Clézio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva 2006.
SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
SILVA, Pedro Gabril Kenne da. O papel do controle interno na administração pública. Disponível em: <www.ufrgs.br/necon/pciap.pdf.>
SOBRAL, F.; PECI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
SORDI, J. O. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

AUDITORIA

1. Auditoria: objetivos, finalidades e tipos. 2. Distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil. 3. Procedimentos de auditoria. 4. Papéis de trabalho e documentação de auditoria. 5. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. 6. Planejamento, execução e relatórios. 7. Fraude e erro. 8. Relevância na auditoria. 9. Riscos da auditoria. 10. Amostragem: tamanho, tipos e avaliação dos resultados. 11. Estimativas contábeis. 12. Evidência em auditoria. 13. Normas relativas à formação de opinião do auditor. 14. Pareceres de auditoria.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ATTIÊ, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
ALMEIDA. Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente – NBC TA.
LINS, Luís dos Santos. Auditoria: Uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. São Paulo: Atlas, 2011.
PEREZ Jr., José Hernandez. Auditoria das demonstrações contábeis: Normas e Procedimentos. São Paulo: Atlas, 2012.
PEREIRA. Alexandre Demetrius. Auditoria das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem jurídica e contábil. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Pereira da. Análise Financeira das Empresas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CONTABILIDADE GERAL

1. Objetivo e definição da contabilidade. 2. Controle contábil do Patrimônio – ativo e passivo. 3. Plano de contas – elaboração e utilização. 4. Técnica contábil e os relatórios contábeis básicos e complementares. 5. Princípios, convenções e pronunciamentos contábeis. 6. Custo das mercadorias vendidas e critérios de valorização de estoques. 7. Investimentos – equivalência, ágio, ganho e evidenciação. 8. Patrimônio líquido, reservas e provisões. 9. Consolidação de controladas – integral e parcial. 10. Incorporação, cisão e fusão de sociedades. 11. Dissolução, liquidação e extinção de sociedades. 12. Normas internacionais de contabilidade. 13. Instrumentos financeiros.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, José Elias Feres de; CARDOSO, Ricardo Lopes; RODRIGUES, Adriano; ZANOTELI, Eduardo José (orgs). Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Avançada: aspectos societários e tributários. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz. Contabilidade Avançada. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.Conceito e princípios gerais de Direito Administrativo. 2.Administração Pública. 3.Poderes Administrativos. 4.Abuso de poder e desvio de finalidade. 5.Atos administrativos. 6.Contratos administrativos. 7.Licitação: Princípios e modalidades. 8.Servidores Públicos Civis. 9.Serviços Públicos e Bens Públicos. 10. Terras e águas públicas. 11.Jazidas. Florestas. 12.Fauna. 13.Espaço aéreo. 13.1.Proteção ambiental. 14.Tombamento. 15.Intervenção na propriedade (desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação temporária e limitação administrativa). 16.Função social da propriedade. Intervenção no domínio econômico. 17. Repressão ao abuso do poder econômico. 18.Controle da Administração Pública. 19.Controle externo a cargo do Tribunal de Contas. 20.Controle judiciário. 21. A Administração em juízo. 22.Responsabilidade civil do Estado. 23.Improbidade administrativa. 24. Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.
LEI n. 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.
_____, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.
DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. *22.ª Ed.* Atlas.
MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ª Ed., 2009.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

1. Competência Tributária. 2. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar. 2.1. Imunidades. 2.2. Princípios Constitucionais Tributários. 3. Conceito e Classificação dos Tributos. 4. Tributos de Competência

da União. 4.1. Imposto sobre a Importação. 4.2. Imposto sobre a Exportação. 4.3. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. 4.4. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. 4.5. Imposto sobre Produtos Industrializados. 4.6. Imposto sobre Operações Financeiras. 5. Contribuições Sociais. 5.1. Contribuição para o Pis/Pasep. 5.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. 5.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. 5.4. Contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art.11 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, e as instituídas a título de substituição. 5.5. Contribuições por lei devidas a terceiros (art.3º, § 1º, da Lei n. 11.457, de 16 de março de 2007). 5.6. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico. 6. Tributos de Competência dos Estados. 7. Tributos de Competência dos Municípios. 8. Simples. 9. Legislação Tributária. 9.1. Constituição 9.2. Emendas à Constituição. 9.3. Leis Complementares. 9.4. Leis Ordinárias. 9.5. Leis Delegadas. 9.6. Medidas Provisórias. 9.7. Tratados Internacionais. 9.8. Decretos. 9.9. Resoluções 9.10. Decretos Legislativos 9.11. Convênios 9.12. Normas Complementares. 10. Vigência da Legislação Tributária. 11. Aplicação da Legislação Tributária. 12. Interpretação e Integração da Legislação Tributária. 13. Obrigação Tributária Principal e Acessória. 14. Fato Gerador da Obrigação Tributária. 15. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária. 16. Domicílio Tributário. 17. Responsabilidade Tributária. Conceito. 17.1. Responsabilidade dos Sucessores. 17.2. Responsabilidade de Terceiros. 17.3. Responsabilidade por Infrações. 18. Crédito Tributário. Conceito. 19. Constituição do Crédito Tributário. 19.1. Lançamento. Modalidades de Lançamento. 19.2. Hipóteses de alteração do lançamento. 20. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades. 21. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades. 22. Pagamento Indevido. 23. Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades. 24. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. 25. Administração Tributária. 25.1. Fiscalização. 25.2. Dívida Ativa. 25.3. Certidões Negativas. 26. Seguridade social. 26.1. Conceituação. 26.2. Organização e princípios constitucionais. 27. Regime Geral de Previdência Social. 27.1. Segurados obrigatórios. 27.2. Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial. 27.3. Segurado facultativo: conceito, características. 28. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 29. Financiamento da seguridade social. 29.1. Receitas da União. 29.2. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes. 29.3. Salário-de-contribuição. 29.3.1. Conceito. 29.3.2. Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. 29.4. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. 29.4.1. Obrigações da empresa e demais contribuintes. 29.4.2. Prazo de recolhimento. 29.4.3. Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. 29.4.4. Obrigações acessórias. Retenção e Responsabilidade solidária: conceitos, natureza jurídica e características.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

1. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. 1.1. Critérios orientadores. 1.1.1. Renda e Proventos. Conceito. 1.1.2. Disponibilidade Econômica ou jurídica. 1.1.3. Acréscimo patrimonial. 1.2. Tributação das pessoas físicas. 1.2.1. Incidência. 1.2.2. Rendimento. 12.3. Rendimento Tributável. 1.2.4. Rendimentos isentos ou não tributáveis. 1.2.5. Tributação exclusiva. 1.2.6. Deduções. 1.2.7. Contribuintes. 1.2.8. Responsáveis. 1.2.9. Domicílio Fiscal. 1.2.10. Base de cálculo. 1.2.11. Alíquotas. 1.2.12. Lançamento. 1.2.13. Cálculo do tributo. 1.2.14. Sistema de bases correntes. 1.2.15. Período de apuração. 1.2.16. Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão). 1.2.17. Recolhimento Complementar. 1.2.18. Tributação Definitiva. 1.3. Tributação das pessoas jurídicas. 1.3.1. Incidência. 1.3.2. Contribuintes. 1.3.3. Responsáveis. 1.3.4. Domicilio Fiscal. 1.3.5. Base de cálculo. 1.3.6. Receitas e rendimentos. 1.3.7.Omissão de receita. 1.3.8. Ganhos de capital. 1.3.9. Despesas dedutíveis e indedutíveis. 1.3.10. Remuneração de administradores. 1.3.11.Lucro real. 1.3.12. Lucro presumido. 1.3.13. Lucro arbitrado. 1.3.14. Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior. 1.3.15. Preço de 8.3 Alíquotas. 8.4. Isenções e Imunidades. 8.5. Pagamento do Imposto e Controle pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. 9. Procedimentos Gerais de Importação e de Exportação. 9.1. Disposições Gerais. 9.2.Modalidades. 9.2.1. Documentos que os Instruem. 9.2.2. Casos Especiais de Importação e de Exportação Previstos na Legislação. 9.3. Espécies de Declaração de Importação e de Declaração de Exportação. 9.4. Declaração de Importação. 9.5. Conferência e Desembaraço na Importação e na Exportação. 9.6. Cancelamento da Declaração de Importação e da Declaração de Exportação. 9.7. Lançamento dos Impostos Incidentes sobre a Importação. 10. Regimes Aduaneiros Especiais e Regimes Aduaneiros aplicados em Áreas Especiais.

10.1. Disposições Gerais e Específicas de cada Regime e de cada Área. 11. Infrações e Penalidades previstas na Legislação Aduaneira. 12. Pena de Perdimento. 12.1. Natureza Jurídica. 12.2. Hipóteses de Aplicação. 12.3 Processo/Procedimento de Perdimento. 13. Processo de Aplicação de Penalidades pelo Transporte Rodoviário de Mercadoria Sujeita a Pena de aplicação de Multas na Importação e na Exportação. 14. Representação Fiscal para Fins Penais.15. Destinação de Mercadorias. 16. Subfaturamento e Retenção de Mercadorias.17. Contrabando, Descaminho e Princípio da Insignificância.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABIDALLA, Marcelo. Direito Tributário Didático. Belo Horizonte: Del Rey. 2008.
ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 2006.
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7 ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 4ª ed. São Paulo: Noesis, 2007.
BORGES, José Souto Maior. Teoria Geral da Isenção tributária. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
_____. Lançamento tributário. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
_____. Obrigação tributária. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
BRASIL. Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976.
BRASIL. Código Tributário Nacional e Constituição Federal. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
_____. Lei N.º 6.830/1980 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. Brasília, 1980.
_____. Lei N.º 8.666/1993 e suas alterações/atualizações. Institui normas para licitações e contratos da Administração. Brasília, 1993.
_____. Lei N.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações/atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002.
_____. Lei Complementar n. 116 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2003.
_____. Lei Complementar n. 123 de dezembro de 2007. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, 2007.
_____. Lei Complementar n. 128 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário.19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
CARAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
CASSONE, Vittorio & CASSONE, Maria Eugênia Teixeira. Processo tributário. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Saraiva, 2000.
MARTINS, Ives Gandra da Silva (org). Curso de Direito Tributário. 8ª. São Paulo: Saraiva, 2001.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
NASCIMENTO, Carlos Valder. Curso de direito tributário: para os cursos de Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1995.
SILVA MARTINS, Ives Gandra da. Curso de Direito Tributário. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
SOUSA, Rubens Gomes. Comentários ao Código Tributário Nacional. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
SPAGNOL, Werther Botelho, As contribuições sociais no Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
TAVARES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 7 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e tributário. 13ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
TORRES, Ricardo Lobo. O orçamento na constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
TORRES, Ricardo Lobo. Justiça distributiva: social, política e fiscal. In: Revista de Direito Tributário, n. 70. São Paulo: Malheiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Teoria geral do Estado. 2. Os poderes do Estado e as respectivas funções. 3. Teoria geral da Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação. 4. Supremacia da Constituição. 5. Tipos de Constituição. 6. Poder constituinte. 7. Princípios constitucionais. 8. Interpretação da Constituição e Controle de Constitucionalidade. Normas constitucionais e inconstitucionais. 9. Emenda, reforma e revisão constitucional. 10. Análise do princípio hierárquico das normas. 11. Princípios fundamentais da CF/88. 12. Direitos e garantias fundamentais. 13. Organização do Estado político-administrativo. 14. Administração Pública. 15. Organização dos Poderes. O Poder Legislativo. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. O Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Ministério Público. 16. A defesa do Estado e das instituições democráticas. 17. Da tributação e do orçamento. Sistema Tributário Nacional. Das finanças públicas. Do orçamento. 18. Da ordem econômica e financeira. 19. Da ordem social. 20. Das disposições gerais e das disposições constitucionais transitórias.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *Curso de direito constitucional.* 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
ARANHA, Márcio Iorio. *Interpretação constitucional e as garantias institucionais dos direitos humanos.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
BARCELLOS, Ana Paula de [et. al.]; organizador: Luís Roberto Barroso. *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas.* Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
BASTOS, Celso. *Curso de direito constitucional.* 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos.* 10. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional.* 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
_____ *Teoria constitucional da democracia participativa.* 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
BARROSO, Luís Roberto. *Constituição da República Federativa do Brasil anotada.* 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional.* 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição.* 7. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2003.
CENEVIVA, Walter. *Direito constitucional brasileiro. 3. ed. São P*aulo: Saraiva, 2003.
CHIMENTI, Ricardo Cunha [et. al.] *Curso de direito constitucional.* 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
CLÈVE, Clémerson Merlin. *Temas de direito constitucional.* São Paulo: Acadêmica, 1993.
COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos.* 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
DALLARI, Dalmo Abreu. *A constituição na vida do povo da idade média ao século XXI*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado.* 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional.* 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
_____. *Princípios Fundamentais do Direito Constitucional*. 2. Ed. São Paulo, 2010.
GAMA, Ricardo Rodrigues. *Elementos de direito constitucional.* São Paulo: Led, 1996.
HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes.* Porto Alegre: Antonio Sérgio Fabris, 1997.
HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre faticidade e validade.* Vols. I e II.Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
HESSE, Konrad. *A força normativa da constituição.* Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Antonio Sérgio Fabris, 1999.
HORTA, Raul Machado. *Estudos de direito constitucional.* Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
LASSALE, Ferdinand. *Que é uma constituição?* São Paulo: Kairós, 1985.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoria de la constitucion*. Tradução de Alfredo Gallego Anabitare Barcelona: Editorial Ariel, 1976.
MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional.* 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
MIRANDA, Jorge. *Teoria do estado e da constituição.* Rio de Janeiro: Forense, 2007.
MORAES, Alexandre de. *Os 20 anos de Constituição República Federativa do Brasil.* São Paulo: Atlas, 2008.
_____. *Direito Constitucional.* 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MORAES, Guilherme Peña de. *Direito constitucional: Teoria da constituição.* 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional.* São Paulo: Saraiva, 2007.
PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional.* 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
SIEYÈS, Emmanuel Joseph. A constit*uinte burguesa – Qu'est-ce que le Tiers État?* 5. ed. Organização e introdução de Aurélio Wander Bastos. Tradução de Norma Azevedo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
SILVA NETO, Manoel Jorge. *Curso de direito constitucional.* 5. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais.* 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. *Curso de direito constitucional.* 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo.* 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
Paulo: Saraiva, 2004.
SLAIBI FILHO, Nagib. *Direito constitucional.* 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição constitucional: uma nova crítica do direito.* 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional.* 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
TEIXEIRA, J. H. Meirelles. *Curso de direito constitucional.* Rio de Janeiro: Forense, 1991.
ZIMMERMANN, Augusto. *Curso de direito constitucional.* 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

LEGISLAÇÕES REFERENTES AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Lei Municipal n. 2.422/2006 e Decreto n. 494-A/2006 e Alterações.
Lei Municipal n. 2.615/2008.
Lei Estadual n. 8.544/1978 e Decreto n. 1.745/1978.
Lei Estadual n. 13.025/1997.
Lei Estadual n. 13.583/2000.
Lei Estadual n. 18.104/2013.
Lei Estadual n. 17.684/2012.
Lei Federal n. 9.605/1998 e Decreto n. 6.514/2008.
Lei Federal n.12.651/2012 e Alterações.
Lei Federal Complementar n. 140/2011.
Resolução CEMAM n. 10/2013.

LEGISLAÇÕES DISPONÍVEIS EM:

http://www.goianesia.go.gov.br/prefg/index.php/portal-transparencia/leis-municipais

(EDNDEREÇO PARA ACESSAR O MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: CIRURGIÃO - DENTISTA

1. Promoção da saúde bucal 2. Cariologia2.1. Prevenção, Patologia e Diagnóstico;2.2. Uso do flúor e toxicologia.3. Dentística3.1. Técnicas operatórias e restauradoras diretas com resina composta, amálgama e

ionômero;3.2. Lesões não cariosas;3.3. Proteção do complexo dentinopulpar.4. Materiais odontológicos: amálgama, adesivos, resinas compostas, materiais de moldagem, cimentos odontológicos.5. Odontopediatria5.1. Condutas no atendimento à criança;5.2. Dentição decídua e mista;5.3. Anestesia e radiologia em odontopediatria;5.4 Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil;5.5. Dentística em Odontopediatria;5.6. Selantes;5.7. Traumatismo em dentes decíduos;5.8.Terapia Pulpar em odontopediatria.6. Endodontia6.1. Anatomia interna e preparo cavitário;6.2. Diagnóstico e tratamento das pulpopatias e periapicopatias;6.3. Obturação do canal radicular;6.4. Traumatismo dento-alveolar.7. Biossegurança na clínica Odontológica8. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia.9. Periodontia9.1. Anatomia do periodonto;9.2. Doença Periodontal - etiologia, diagnóstico e tratamento.10. Cirurgia10.1. Cirurgias menores em odontologia: princípios, indicação, contra-indicação, técnicas operatórias, tratamento de acidentes e complicações.11. Primeiros socorros e urgências.12. Ética odontológica13. Anestesiologia14. Estomatologia: diagnóstico de lesões da boca e manifestações bucais de doenças sistêmicas.15. Radiologia com finalidade diagnóstica16. Oclusão dentária aplicada à clínica odontológica17. Odontologia hospitalar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia: procedimentos clínicos e uso de medicamentos nas principais situações na prática odontológica. São Paulo, Artes Médicas, 2002, 188p.
ANUSAVICE, K.J. Phillips. Materiais dentários. 11a ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, 800p.
BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades. São Paulo, Santos, 2001, 739p.
BUISCHE, Y. P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas, EAP-APCD, v.22, 2000, 360p.
BUSATO, A.L.S. et al. Dentística - Restaurações em dentes posteriores. Artes Médicas, São Paulo, 1996, 302p.
BUSATO, A.L.S. Restaurações em dentes anteriores. São Paulo, Artes Médicas, 1997.
CARDOSO, A. C. Oclusão: para você e para mim. São Paulo, Santos, 2003. 233p.
CONCEIÇÃO, E. N. Dentística - Saúde e Estética. São Paulo, Artmed, 2002, 346p.
ESTRELA, C. Ciência endodôntica. São Paulo, Artes Médicas, 2004, v.1 e v.2., 1010p.
FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie dentária: a doença e seu tratamento clínico. São Paulo, Santos, 2005, 370p.
FUNARI, S. Biossegurança no consultório odontológico IN: BUISCHI, Yvonne de P. (org.) Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas: EAP-APCD, 2000.
GJERMO, P. e BELLINI, H. T. Aspectos éticos na prática odontológica. IN: BUISHE, Y. P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas, EAP-APCD, v.22, p.331-8, 2000.
GRUPO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE DENTÍSTICA. Dentística - Filosofia, Conceitos e Prática Clínica. São Paulo, Artes Médicas, 2005, 377p.
GUIMARÃES JR, J. Biossegurança e controle da infecção cruzada em consultórios odontológicos. São Paulo, Santos, 2001, 536 p.
ISSAO, M.; GUEDES-PINTO, A. C. Manual de Odontopediatria. 10 ed., São Paulo, Pancast, 1999; 324 p.
JORGE, W. A. et al . Odontologia Hospitalar: bucomaxilofacial, urgências odontológicas, primeiros socorros. Rio de Janeiro, Medbook, 2009. 1008p.
LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantodologia oral. 4 ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010, 1013p.
MALAMED S.F. Manual de anestesia local. 5. ed., Rio de Janeiro - ELSEVIER, 2005, 398p.
MARCUCCI, G. Estomatologia: Fundamentos de Odontologia. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005, 243p.
MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST E AIDS. Controle de infecção e a prática odontológica em tempos de aids: manual de condutas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000, 118p.
MONDELLI, J. et al. Fundamentos de dentística operatória. São Paulo, Santos, 2006, 342p.

PETERSON, L.J. et al. Cirurgia oral e maxilofacial e contemporânea. 3 ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2000, 772p.
RAMOS, D. L. P. Ética odontológica: o código de ética odontológica. são paulo, santos, 1994.
SILVA, A. S. F.;RISSO, M.; RIBEIRO, M. C. Biossegurança em ambientes odontológicos. São Paulo, Pancast, 2004, 235.
TOLEDO, O. A. Odontopediatria: fundamentos para a prática clínica. 3a ed., São Paulo, Premier, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO: CONTADOR

1. Análise das Demonstrações Contábeis; 1.1. Conceitos e tipos de análise; 1.2. Análise horizontal e vertical 1.3 Análise através de índices. 2. Auditoria 2.1. Conceitos, princípios e normas; 2.2. Auditoria interna e independente; 2.3. Controle interno; 2.4. Planejamento, execução e relatórios; 2.5. Testes, amostragem, evidenciação e papéis de trabalho. 3. Contabilidade Geral; 3.1. Conceito, Aplicações e finalidades; 3.1.1. Patrimônio; 3.1.2. Princípios Fundamentais de Contabilidade 3.1.3. Técnicas Contábeis 3.1.4. Operações típicas da empresa comercial; 3.1.5. Demonstrações Contábeis. 4. Contabilidade Gerencial e de Custos; 4.1. Conceitos, Aplicação e finalidades; 4.2. Sistemas de custeamento; 4.3. Departamentalização; 4.4. Sistemas de acumulação; 4.5. Custos para decisão. 5. Contabilidade Pública; 5.1. Administração Pública: conceitos, definições e particularidades; 5.2. Orçamento Público; 5.3. Licitações e contratos; 5.4. Demonstrações Contábeis aplicadas às Instituições Públicas; 5.5. Prestações de Contas: procedimentos e normas; 5.6. Controle Interno e Externo. 6. Lei Municipal n. 2.165/2003 – Estatuto dos servidores.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

SILVA, Lino Martins da - Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SLOMSKI, Valmor - Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
KOHAMA, H. Contabilidade Pública - Teoria e Prática. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
ALMEIDA, José Elias Feres de; CARDOSO, Ricardo Lopes; RODRIGUES, Adriano; ZANOTELI, Eduardo José (orgs). Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Avançada: aspectos societários e tributários. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz. Contabilidade Avançada. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
Constituição Federal: Artigos 37 ao 41; Artigos 70 ao 75 e Artigos 156 ao 162 e Artigos 165 ao 169.
Lei Federal n. 4.320, de 17/03/1964.
Lei Complementar Federal n. 101, de 04/05/2000.
Portaria n° 42, de 14/04/1999.
Portaria Interministerial n° 163, de 04/05/2001.
Portaria Conjunta n. 1, de 13/07/2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: ENFERMEIRO

1. Ética e legislação em enfermagem: princípios básicos da ética e bioética; implicações éticas e jurídicas no

exercício profissional de enfermagem; regulamentação do exercício profissional. 2. Sistematização da Assistência de Enfermagem.3. Fundamentos de enfermagem.4. Farmacologia aplicada à enfermagem.5. Prevenção e controle de infecção hospitalar e normas de biossegurança.6. Assistência de enfermagem ao adulto e idoso com afecções clínicas e cirúrgicas do aparelho cardiovascular, respiratório, digestório, renal, neurológico, endócrino, cutâneo e musculoesquelético.7. Ressuscitação cardiopulmonar - suporte básico e avançado de vida cardiovascular.8. Administração em enfermagem: princípios gerais da administração; funções administrativas, planejamento, organização, direção e controle; gestão de qualidade.9. Assistência de enfermagem ao recém-nascido, à criança, ao adolescente e à mulher, incluindo o ciclo gravídico puerperal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da diretoria colegiada - RDC n. 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/ebe26a00474597429fb5df3fbc4c6735/RDC_306.pdf.MOD=AJPERES>. Acesso em: 01 out. 2013.

APECIH. Manual sobre preucações e isolamento de diversos vírus e bactérias. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo, 2012.

BARROS, A.L.B.L. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 440 p.

BICKLEY, L.S. Bates propedêutica médica. 10ª edição. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher – Gestação de alto risco – manual técnico – 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde – 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher – Parto, aborto e puerpério: Assistência Humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde –2001.

5BRASIL, Ministério da Saúde. Linha do cuidado do infarto agudo do miocárdio na rede de atenção às urgências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha_cuidado_iam_rede_atencao_urgencia.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Calendário de Vacinação. Brasília. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448>. Acesso em: 01 out. 2013.BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2616 de 12 de maio de 1998. Regulamenta as ações de controle de infecção no brasil. Disponível em <www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. 2002; Brasília. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 4 v. (Série A. Normas e Manuais Técnicas). Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=37764>. Acesso em: 01 out. 2013.BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF>. Acesso em: 01 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria Técnica de Gestão. Dengue: diagnóstico e manejo clínico - adulto e criança. 4. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dengue_manejo_adulto_crianca__4ed_2011.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.

CALIL, A.M. PARANHOS, W.Y. O enfermeiro e as situações de emergência. 2ª edição. Atheneu, São Paulo, 2010.

CLAYTON, B.D.; STOCK, Y.N. Farmacologia na prática de enfermagem. Elsevier: Rio de Janeiro, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Decreto n. 94.406/87. Regulamenta a Lei n. 7.498 de 25 de Junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br/sitenovo/node/4173>. Acesso em: 01 out. 2013.
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 311 de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a reformulação do código de ética dos profissionais de enfermagem. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.
CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 358 de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html>. Acesso em: 01 out. 2013.
DEALEY, C. Cuidando de feridas: um guia prático para as enfermeiras. 3ª edição. Atheneu: São Paulo, 2008.
FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. Atheneu: São Paulo, 2000.GUIMARÃES, H. P. *et al.* (ed.) Destaques das diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE. Dallas: American Heart Association, 2010. Disponível em: <http://www.heart.org/idc/groups/heartpublic/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.
HOCKENBERRY, M.J. WILSON D. Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica. 7ª ed, Elsevier: Rio de Janeiro, 2006.JOHNSON M. et al. Ligações entre NANDA, NOC E NIC: diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem. 2 ed. Artmed: Porto Alegre, 2009.
MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. 4ª edição. Artmed: Porto Alegre, 2009.MORAIS, M.B. et al. Guia de pediatria - guias de medicina ambulatorial e hospitalar. UNIFESP. Manole: São Paulo, 2005.
MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDAK, C. M.; GALLO, B. M. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Trad. Ivone E. Cabral, José E.F. Figueiredo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSES ASSOCIATION. Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2012-2014. Artmed: Porto Alegre, 2013. 606p.
SMELTZER, S.C., BARE, B.G.. Brunner - tratado de enfermagem médico-cirúrgica, 12ª edição. 2 vol, Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2011.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol, v.95, n. supl. 1, p. 1-51; 2010. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_ERRATA.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.
TAMEZ R.N. Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A.M. SAE - Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2ª edição. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2010.
VIANA, R.A.P.P. Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências. Atheneu: São Paulo, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

1.Desenvolvimento de projetos de engenharia. 2.Execução de obras; planejamento; e orçamento. 3.Coordenação, supervisão, operação e manutenção. 4.Controle de qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados. 5.Elaboração de normas e documentação técnica. 6.Assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 7.Realização de estudos de viabilidade técnico-econômica; prestação de assistência, assessoria e avaliação; elaboração de laudo e parecer técnico. 7.1.Desenvolver atividades de análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; elaboração de manuais técnicos, elaboração de orçamento; realização de atividades de padronização, mensuração, e controle de qualidade. 8. Fiscalização de obras e serviços técnicos; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; orientação e controle de processo de produção e de serviço de manutenção.

9.Pesquisa e elaboração de processos; estudo e estabelecimento de métodos de utilização eficaz e econômica de materiais e equipamentos, bem como de gerenciamento de pessoal. 10.Todas as atividades previstas estão direta e indiretamente relacionadas às unidades de tratamento de água, efluentes líquidos e gasosos, resíduos sólidos, e aos laboratórios de análise físico-químicas e biológicas de água, efluentes líquidos e gasosos e resíduos sólidos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION; AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION; WATER ENVIRONMENT FEDERATION. Standard methods for the examination of water and wastewater. 21th. ed. Washington, D. C.: APHA/AWWA/WEF, 2005.
ANDREOLI, C. V.; VON SPERLING, M.; FERNANDES, F. Lodo de esgoto: tratamento e disposição final. Belo Horizonte: DESA/UFMG, SANEPAR, 2001. 484p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias; 6).
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 71p.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.216: projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público: procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. 18p.
BARROS, R. T. V. Elementos de resíduos sólidos. Belo Horizonte: Tessitura, 2012. 424p.
BRAGA, B. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2005. 318p.
BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11 445.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.
BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12 305.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. Principais culturas exploradas no Brasil: técnicas de cultivo, colheita, beneficiamento e armazenamento. 2. Criação animal de grande porte: bovinocultura de corte e de leite; Criação animal de pequeno porte: avicultura, suinocultura. 3. Métodos de Propagação de Plantas. 4. Manejo e conservação do solo e água: práticas conservacionistas; sistemas de plantio. 5. Fertilidade dos solos do cerrado e nutrição mineral das principais culturas. 6. Hidráulica aplicada, irrigação e drenagem. 7. Mecânica e mecanização agrícola. 8. Recursos genéticos vegetais; métodos de melhoramento de plantas; avaliação e recomendação de cultivares. 9. Experimentação agrícola; princípios experimentais básicos; delineamentos experimentais; análise de variância; testes de comparações múltiplas; análises de regressão. 10. Plantas daninhas e seu controle. 11. Controle de pragas e doenças das plantas. 12. Fruticultura: produção comercial de frutas no Brasil. 13. Cultivo das hortaliças de maior importância econômica no Brasil. 14. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e alterações posteriores.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Josimar Ribeiro et al. Gestão ambiental; planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.
ALTIERI, Miguel, Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.
AMBROSANO, E. (Org.) Agricultura Ecológica. Guaíba: Agropecuária, 1999.
AMORIM, L.; KIMATI, H., BERGAMIN FILHO, A. eds. Manual de Fitopatologia. Volume 1 - princípios e Conceitos. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda. 1995.

ANTUNIASSI, U.R.; BOLLER, W. Tecnologia de aplicação para cultura anuais. Passo Fundo: Aldeia Norte; Botucatu: FEPAF, 2011. 279p.
BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. Volume 2: Doenças das Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1997.
FACHINELLO, J.C. Fruticultura: fundamentos e práticas. Pelotas: Ed. UFPEL, 1996.
FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000.
GALLO, D. et al. Manual de Entomologia Agrícola. Piracicaba: Editora FEALQ. 2002.
GIOVANNINI, E.; MANFROI, V. Viticultura e Enologia: Elaboração de Grandes Vinhos nos Terroirs Brasileiros. Bento Gonçalves: IFRS. 344p. 2009.
GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
GUERRA, Milton de Souza. Receituário Caseiro. Alternativas para o controle de pragas e doenças de plantas cultivadas e de seus produtos. Brasília: Embrater, 1985.
EMBRAPA. Informações técnicas sobre vitucultura disponíveis no site da Embrapa Uva e Vinho. http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/. Acesso em 14 de outubro de 2013.
LIMA, M.R. ET AL. Diagnóstico e recomendações de manejo do solo: aspectos teóricos e metodológicos. Curitiba. Ed. UFPR. 2006.
MATUO, T. Técnicas de Aplicação de Defensivos Agrícolas. Jaboticabal: FUNEP/UNESP, 1990.
PRIMAVESE, Ana. Manejo Ecológico de Pragas e Doenças: Técnicas alternativas para produção agropecuária e defesa do meio ambiente. São Paulo: Editora NOBEL, 1988.
SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. FEALQ, 1998.
VARGAS, L.; ROMAN, E.S. Manual de Manejo e Controle de Plantas Daninhas. Bento Gonçalves Ed. EMBRAPA Uva e Vinho, 2004.
VALE, F.X.R.; JESUS JUNIOR, W.C. Epidemiologia Aplicada ao Manejo de Doenças de Plantas. Belo Horizonte: Editora Perffil, 2004.
ZAMBOLIM, L.; CONCEIÇÃO M.Z. SANTIAGO, T. O que os Engenheiros Agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitário. 2. Ed. Viçosa: UFV, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

1. Estruturas de edificações: 1.1. Ações nas estruturas. 1.2. Análise de tensões e deformações. 1.3. Análise de estruturas reticuladas (barras) isostáticas e hiperestáticas. 1.4. Estruturas de concreto armado. 1.5. Estruturas de concreto protendido. 1.6. Estruturas pré-moldadas. 1.7. Estruturas metálicas. 1.8. Patologias. 1.9. Técnicas de recuperação e reforço. 2. Mecânica dos solos: 2.1. Identificação e Classificação dos Solos. 2.2. Compactação dos solos.2.3. Tensões nos solos.2.4. Percolação da água nos solos. 2.5. Resistência ao cisalhamento. 2.6. Empuxos de terra. 2.7. Estruturas de contenção: muros de arrimo, cortinas. 2.8. Estabilidade de taludes. 2.9. Compressibilidade dos solos e Recalques. 3. Fundações: 3.1. Tipos de fundações. 3.2. Dimensionamento geométrico e estrutural de fundações. 3.3. Recalque de fundações. 3.4. Interação solo-estrutura. 4. Tecnologia dos materiais de construção: 4.1. Aglomerantes. 4.2. Agregados para argamassas e concretos. 4.3. Concreto de cimento portland: propriedades, dosagem e controle tecnológico. 4.4. Argamassas (assentamento e revestimento); 4.5. Materiais cerâmicos; 4.6. Materiais metálicos. 4.7. Madeira. 4.8. Vidros. 4.9. Tintas. 5. Construção Civil: 5.1. Execução de estruturas de concreto. 5.2. Execução de alvenarias. 5.3. Revestimentos (pisos e paredes). 5.4. Esquadrias.5.5. Coberturas.5.6. Locação de obras. 6. Sistemas elétricos prediais e projetos elétricos de baixa tensão. 7. Sistemas hidro-sanitários prediais: 7.1. Sistemas prediais de água fria e de água quente. 7.2. Esgotos sanitários. 7.3. Águas pluviais. 7.4. Sistemas de combate a incêndio. 8. Orçamento, planejamento e controle de obras: 8.1. Quantificação de insumos e serviços. 8.2. Composição de preços. 8.3. Programação de recursos: pessoas, materiais e equipamentos. 8.4. Cronograma físico e financeiro. 8.5. Medição de obras e serviços executados. 9. Segurança do Trabalho: 9.1. Segurança e Higiene do trabalho.9.2. Segurança na Construção Civil; 9.3. Proteção Coletiva.9.4. Equipamentos de Proteção Individual (EPI). 9.5. Ergonomia e aplicações. 10. Licitações e Contratos Administrativos de Obras e Serviços de Engenharia: 10.1. Lei 8666/93 e legislação complementar.10.2. Projeto Básico.10.3. Projeto executivo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, U.R. Dimensionamento de fundações profundas. São Paulo: Edgard Blucher, 1989.
_____. Exercícios de fundações. São Paulo: Edgard Blucher, 1983
AOKI, N; CINTRA, J.C.A. Fundações por estacas – Projeto Geotécnico. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
ARAÚJO, J.M. Curso de concreto armado. Rio Grande: Dunas, 2003. 4 Vol.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6118:2007. Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
_____. NBR 6120:1980. Cargas para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro: ABNT, 1980.
_____. NBR 9062:2006. Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.
_____. NBR 7480:2007. Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
_____. NBR 8681:2003. Ações e segurança nas estruturas - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
_____. NBR ISO 6892-1:2013. Materiais metálicos — Ensaio de Tração. Parte 1: Método de ensaio à temperatura ambiente. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.
_____. NBR 8800:2008. Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
_____. NBR 6122:2010. Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.
_____. NBR 12655:2006. Concreto de cimento Portland - Preparo, controle e recebimento - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.
_____. NBR 14653-2:2011. Avaliação de bens - Parte 2: Imóveis urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
_____. NBR 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
_____. NBR 5410:2004. Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
_____. NBR 5626:1998. Instalações Prediais de Água Fria. Rio de Janeiro, ABNT, 1998.
_____. NBR 7222:1994. Argamassa e Concreto – Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.
_____, NBR 8522:2003. Concreto – Determinação dos Módulos Estáticos de Elasticidade e Deformação e da Curva tensão versus deformação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
_____, NBR 9833:1987. Concreto fresco – Determinação da massa específica e do teor de ar pelo método gravimétrico. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.
_____, NBR NM 67:1998. Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
_____, NBR 5739: 2007. Concreto – Ensaio de Compressão de Corpos de prova cilíndricos – Método de Ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
_____, NBR-13276: 2002. Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Preparo da mistura e determinação do índice de consistência. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
_____, NBR-5738:2008. Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
AZEREDO, H.A. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blucher Ltda. 2004.
_____. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Edgard Blucher Ltda. 1987.
BARATA, F.E. Propriedades mecânicas dos solos - uma introdução no projeto de fundações. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
BAUER, L.A.F. Materiais de construção. 5ª Ed. Rio de janeiro: LTC, 2000.
BORGES, A. C. Prática das pequenas construções. São Paulo: Edgard Blucher Ltda. 1996. 2 Vol.
CÁNOVAS, M.F. Patologia e terapia do concreto armado. São Paulo: PINI, 1988.
CARVALHO, R.C. Estruturas em concreto protendido. São Paulo: PINI, 2012.
CARVALHO, R.C.; FIGUEIREDO FILHO, J.R. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2004.
CARVALHO, R.C.; PINHEIRO, L.M. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado. São Paulo: PINI, 2009. Vol.2.
CREDER, H. Instalações hidráulicas e sanitárias, Rio de Janeiro: LTC, 2006.
_____. Instalações elétricas. 15.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

FUSCO,P.B. Estruturas de Concreto – solicitações tangenciais. São Paulo: PINI. 2008.
FUSCO,P.B. Tecnologia do Concreto Estrutural – tópicos aplicados. São Paulo: PINI. 2012.
GIAMMUSSO, S.E. Orçamento e custos na construção civil. S.Paulo: Pini. 1989.
GOLDMANN, P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil. São Paulo, PINI, 2004.
HACHICH, W. et al (Ed.). Fundações – Teoria e prática. São Paulo: PINI, 1998.
HELENE, P. Manual para reparo, reforço e proteção de estruturas de concreto. 2ª ed. São Paulo: PINI: 1992.
HELENE, P.; TERZIAN, P. Manual de dosagem e controle do concreto. São Paulo: PINI, 1992.
HIBBELER, R.C. Resistência dos materiais. São Paulo: Pearson, 2010.
ISAIA, G.C. (Org./Ed.). Concreto: ciência e tecnologia. São Paulo: IBRACON, 2011. 2 Vol.
ISAIA, G.C. (Org./Ed.). Materiais de construção civil e Princípios de Ciência e Engenharia dos Materiais. 2ª ed. São Paulo: IBRACON, 2010. 2 Vol.
Lei 8.666/93 com alterações posteriores.
LIMMER, C.V. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
MACYNTIRE, J.A. Manual de instalações hidráulicas e sanitárias, Rio de Janeiro: LTC, 1990.
MARTHA, L.F. Análise de estruturas – conceitos e métodos básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. Concreto: Microestrutura, propriedades e materiais. São Paulo: IBRACON, 2008.
MENDONÇA, M.C. Engenharia Legal: teoria e prática profissional. São Paulo: PINI, 1999.
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. 1995 com alterações posteriores.
MUNTE CONSTRUÇÕES INDUSTRIALIZADA. Manual Munte de projetos em pré-fabricados de concreto (MELO, C.E.E./Org.). São Paulo: PINI, 2007.
PINTO, C. S. Curso básico de mecânica dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
PFEIL, W.; PFEIL M. Estruturas de aço. Rio de Janeiro: LTC. 2007.
RIPPER, E. Como evitar erros na construção. São Paulo: PINI, 1986.
SOUZA, V.C.M.; RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1998.
SAMPAIO, J.C. NR-18 Manual de Aplicação. São Paulo: PINI, 1998.
SORIANO, H.L.; LIMA, S.S. Análise de estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004. Vol.1.
SORIANO, H.L. Estática das estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.
TCPO: Tabelas de composições de preços para orçamentos. São Paulo: PINI, 2012.
THOMAZ, Ércio. Trincas nas construções. São Paulo: PINI, 1989.
VELLOSO,D.A.; LOPES,F.R. Fundações. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 2 Vol.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: FARMACÊUTICO

1.Farmacologia geral e dos diversos sistemas orgânicos. 2.Farmacovigilância, Farmacoeconomia, Farmacoepidemiologia. 3. Assistência Farmacêutica. 4. Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica. 5. Ética e Bioética na profissão farmacêutica. 6. Legislação Sanitária e da profissão farmacêutica. 7. Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária. 8. Biossegurança. 9. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.10. Práticas integrativas e complementares em saúde. 11. Plantas medicinais e fitoterápicos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BISSON, M. B. Farmácia clínica & Atenção farmacêutica. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
BRASIL. Lei n. 5991, de 17 de setembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.
BRASIL. Lei 9787, de 10 de fevereiro de 1999, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. D.O.U – Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 11 de fevereiro de 1999. Brasília. 1999.
BRASIL. Decreto n. 3.181, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei no 9.787, de 10 de fevereiro de

1999, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
BRASIL. Portaria n. 533, de 28 de março de 2012. Estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria n.344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC n. 138, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC n° 80, de 11 de maio de 2006. Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos, dá nova redação aos arts. 2o e 9º do Decreto no 74.170, de 10 de junho de 1974, e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Saúde: Portaria n° 529 de 1° de abril de 2013 (D.O.U. de 02/04/13). Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. 2013.
BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada n° 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente e dá outras providências, 2013.
BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Portaria 176 GM/MS, de 8 de março de 1999.
BRASIL. Portaria 3.916/GM, 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos.
BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Relatório Final da I Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília. 2004.
BRASIL. Resolução CNS n. 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n. 2084, de 26 de outubro de 2005. Estabelece normas, responsabilidades e recursos a serem aplicados no financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e define o Elenco Mínimo Obrigatório de Medicamentos.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução n.- 1, de 17 de janeiro de 2012. Estabelece as diretrizes nacionais da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 4.217, de 28 de dezembro de 2010. Aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Decreto n. 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 184, de 3 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO n. 20, de 05 de maio de 2011.
BRASIL. ANVISA/MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO RDC n. 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 100 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/283.pdf . Acessado em 21/02/2012.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 242 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Avaliação de tecnologias em saúde: ferramentas para a gestão do SUS. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 110 p.(Serie A. Normas e Manuais Técnicos).
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf . Acessado em

21/02/2012.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Da excepcionalidade às linhas de cuidado: o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 262 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde)
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 2.928, de 12 de dezembro de 2011 http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=38755&janela=1 . Acessado em 11/11/2013
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Glossário temático: economia da saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 60 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Farmácia Popular do Brasil: manual básico. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 102 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 182 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf . Acessado em 11/11/2013.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 290 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II)
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais : Rename 2013/ Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 8. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 200 p.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2001.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde)
BRASIL, Ministério da Saúde, SCTIE, Departamento de Assistência Farmacêutica. Aquisição de Medicamentos para a Assistência Farmacêutica no SUS, Orientações Básicas. 1ª ed. Brasília. 2006. 56p.
BRASIL, Ministério da Saúde, SCTIE, Departamento de Assistência Farmacêutica. Planejar é preciso. Uma proposta de método para aplicação à Assistência Farmacêutica. 1ª ed. Brasília. 2006. 74p.
BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Formulário terapêutico nacional 2010: Rename 2010. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 1135 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/FTN.pdf . Acessado em 21/02/2012.
Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011. 186 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 7)
CIPOLLE, RJ; STRAND, LM; MORLEY, PC. O Exercício do Cuidado Farmacêutico. Conselho Federal de Farmácia, 2008.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 555 de 30 de novembro de 2011. Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO n. 578 DE 26 DE JULHO DE 2013. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO n. 577 DE 25 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre a direção técnica ou responsabilidade técnica de empresas ou estabelecimentos que dispensam, comercializam, fornecem e distribuem produtos farmacêuticos, cosméticos e produtos para a saúde.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO n. 576 DE 28 DE JUNHO DE 2013. Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF n. 440/05, que dispõe sobre as prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO n. 571 DE 25 DE ABRIL DE 2013. Dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 1º da Resolução CFF n. 542, de 19 de janeiro de 2011, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na dispensação e no controle dos antimicrobianos.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO n. 542 DE 19 DE JANEIRO DE 2011. (Alterada pela Resolução n. 545/11 e pela Resolução n. 571/13) Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na dispensação e no controle de antimicrobianos.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO n. 357 DE 20 DE ABRIL DE 2001. (Item 6.26 do artigo 6º, parágrafo único do artigo 9º e artigo 15, revogados pela Resolução 579/2013) (Alterada pela Resolução n. 416/04). Aprova o regulamento técnico das Boas Práticas de Farmácia.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 417, de 29 de setembro de 2004. Resolução n. 417, de 29 de setembro de 2004.
CORDEIRO, Carlos Benedito; LEITE, Silvana Nair. O Farmacêutico na atenção à Saúde. 2ª Ed. Itajaí: Editora Univali, 2008.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A Organização Jurídica da profissão Farmacêutica 2003-2004. Brasília, 4ª Edição. CFF, Brasília, 2003, 1785 p.
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 440, de 22 de setembro de 2005. Dispõe sobre as prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia.
CORRER, C. J. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 440.
DADER, MJF; MUÑOZ, PA; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, F. Atenção Farmacêutica – Conceitos, Processos e Casos Práticos. Editora Racine, 2008.
GOODMANN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 10ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003.
MARIN, Nelly. (org.) et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. / Organizado por Nelly Marin et al. Rio de Janeiro : OPAS/OMS, 2003. 373p. Disponível em: http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/0080.pdf . Acessado em 21/02/2012.
Oliveira, Djenane Ramalho de. Atenção Farmacêutica: da filosofia ao gerenciamento da terapia medicamentosa. São Paulo: RCN Editora, 2008.
OPAS; OMS. Segurança dos medicamentos: um guia para detectar e notificar reações adversas a medicamentos. Por que os profissionais de saúde precisam entrar em ação. Brasília: OPAS/OMS, 2004. 18 p.
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Manual de Organização da Assistência Farmacêutica. Snt., 1998, 63p.
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, Ministério da Saúde. Avaliação da Assistência Farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. Brasília, 2005, 260 p.
PENILDON, S. Farmacologia. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006
RANG, H. P., et al. Farmacologia. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.
SOBRAVIME; AIS. O que é Uso Racional de Medicamentos. São Paulo: Sobravime, 2001.
STORPIRTIS, Sílvia; MORI, Ana Luiza Pereira Moreira; YOCHIY, Angélica; RIBEIRO, Eliane; PORTA, Valentina. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

LEGISLAÇÕES REFERENTE AO CARGO DE FARMACÊUTICO

Rdc 20/2011 - Orientação de procedimentos relativos ao controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição isoladas ou em associação.

Rdc n. 44/2009, de 17/08/2009, dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências;

Rdc n. 306/2004, de 07/12/2004, dispõe sobre o regulamento técnico para o

gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
Lei Federal n. 5.991, de 17/12/1973, dispõe sobre o controle sanitário do comercio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências. Obs. Decreto n. 74.170, de 10/06/1974.
Lei Federal n. 6.360, de 23/09/1976, dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências. Obs. Decreto n. 79.094/77, de 05/01/19777.
Portaria n. 344, de 12/05/1998, aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1.Regulamentação Básica da Inspeção e Sistemas de Qualidade de alimentos. Noções de abrangência da inspeção, classificação, funcionamento e higiene dos estabelecimentos. 2. Noções de microbiologia. Ciência e tecnologia de alimentos. Boas Práticas de Fabricação (BPF). 3. Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO). 4.Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). 5. Noções de biologia, anatomia, fisiologia e patologias dos animais de abate (Bovinos, Suínos, Ovinos, Caprinos, Aves, Pescados, etc).6. Noções sobre sistemas de criação de animais de abate. 7.Noções de instalações e equipamentos. 8. Epidemiologia, Saúde Pública e Saneamento Ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Leis n. . 1.283/1950, 7.889/1989 e 9.712/1998, o Decreto n. 30.691/1952 e suas alterações, Portarias n. . 210/1998 (Aves) e 711/1995 (Suínos) e Manual de Inspeção de Carne Bovina (último item das referências bibliográficas).
PARDI , M. C. et al. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Goiânia: CEGRAF-UFG/ Niterói: EDUFF, 1993.
FRANCO B.D.G.M. LANDGRAF M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu, 1996.
BRASIL, Decreto n. 30.691/52. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997.
Publicado no Diário Oficial da União de 07/07/1952, Seção 1, Página 10.785.
_____. Instrução Normativa n. . 01/02. Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina. Brasília: M.A.A., 2002. Publicado no Diário Oficial da União de 10/01/2002 , Seção 1, Página 6.
_____. Instrução Normativa n. . 42/99. Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal. Brasília: M.A.A., 1999. Publicado no Diário Oficial da União de 22/12/1999, Seção 1, Página 213.
_____. Portaria n. . 368/97. Regulamento Técnico Sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. Brasília: M.A.A., 1997. Publicado no Diário Oficial da União de 08/09/1997 , Seção 1, Página 19.697.
_____. Portaria n. . 46/98. Manual Genérico para APPCC em Indústrias de Produtos de Origem Animal. Brasília: M.A.A., 1998. Publicado no Diário Oficial da União de 16/03/1998 , Seção1 , Página 24.
_____. Portaria n. . 210/98. Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves. Brasília: M.A.A., 1998. Publicado no Diário Oficial da União de 26/11/1998 , Seção 1, Página 226.
_____. Portaria n. . 711/95. Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos. Brasília: M.A.A, 1995. Publicado no Diário Oficial da União de 03/11/1995 , Seção 1, Página 17.625.
_____. Portaria 304/96. Distribuição e Comercialização de Carne Bovina, Suína e Bubalina. Brasília: M.A.A., 1996. Publicado no Diário Oficial da União de 23/04/1996 , Seção 1.
_____. Instrução Normativa n. . 03/00. Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate

Humanitário de Animais de Açougue. Brasília: M.A.A., 2000. Publicado no Diário Oficial da União de 24/01/2000, Seção 1, Página 14.
_____.Lei n. . 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. Publicado no Diário Oficial da União de 19/12/1950 , Seção 1, Página 18.161.
_____. Lei n. 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, e dá Outras Providências. Publicado no Diário Oficial da União de 24/11/1989, Seção 1, Página 21.529.
_____. Lei n. 9.712, de 20 de novembro de 1998. Altera a Lei n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à Defesa Agropecuária. Publicado no Diário Oficial da União de 23/11/1998, Seção 1, Página 1.

LEGISLAÇÕES REFERENTE AO CARGO DE FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ENDEREÇO PARA ACESSAR AS LEIS DO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA :

http://www.goianesia.go.gov.br/prefg/index.php/portal-transparencia/leis-municipais

Lei municipal n. 2.508/08.
Lei Estadual n. 16.140/07.
Lei Federal n. 6.437/77.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: FISIOTERAPEUTA

1. Fisioterapia Preventiva na Saúde Pública. 2. Fisioterapia em Pediatria. 3. Fisioterapia em Neurologia. 4. O cuidado com o Idoso. 5. Fisioterapia nas Doenças Respiratórias, Ortopédicas e Reumatológicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRAFICAS:

BRANT, Tereza Cristina Silva. Brito, Raquel Rodrigues e Parreira, Verônica Franco. Recursos Manuais e Instrumentais em Fisioterapia Respiratória. Editora Manole, 2009.
DAVID, Cid Marcos. Ventilação Mecânica: Da fisiologia à prática clínica. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
DELIBERATO, C. P. Fisioterapia Preventiva – Fundamentos e Aplicações. São Paulo:Editora Manole, 2002.
DUARTE, Y. A. O.; DIOGO, M. J. Atendimento domiciliar enfoque gerontológico. SãoPaulo: Editora Atheneu, 2000.
EGAN, D. F. Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan. 7ªed. São Paulo: Manole,2000.
FONTES, S. V; FUKUJIMA, M. M.; CARDEAL, J. O. Fisioterapia Neurofuncional –Fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.
KAUFFMAN, T.L. Manual de Reabilitação Geriátrica. São Paulo: Editora GuanabaraKoogan, 2001.
MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. Bases da Fisioterapia Respiratória: Terapia Intensiva e Reabilitação. Guanabara Koogan, 2008.
MAGEE, D. J. Avaliação Musculoesquelética. 4 ed. Barueri: Manole, 2005.
HALL, C. M.; BRODY, L. T. Exercício Terapêutico na Busca da Função. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2001.
REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. Fisioterapia Geriátrica – A Prática da Assistência ao Idoso. Barueri, SP: Manole, 2004.WEST, John B. Fisiologia Pulmonar Moderna. São Paulo: Manole, 2002 .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO FONOAUDIÓLOGO

1. Motricidade Orofacial: avaliação dos órgãos fonoarticulatórios e das funções neurovegetativas e neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios. 2. Deglutição: anatomofisiologia, avaliação e as

alterações da deglutição, diagnóstico diferencial e conduta terapêutica nos distúrbios deglutitórios. 3. Audiologia: avaliação audiológica infantil e do adulto, triagem auditiva neonatal, neuroanatomofisiologia dos órgãos da audição. 4. Voz: distúrbios da voz e seus aspectos clínicos, prevenção, avaliação, diagnóstico diferencial e conduta fonoaudiológica nos distúrbios vocais, neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios. 5. Linguagem: desenvolvimento normal e patologias, condutas fonoaudiológicas nos distúrbios da comunicação. 6. Fonoaudiologia Educacional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Lei n. 6.965 de 09 de dezembro de 1981, Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Disponível em: http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/lei-No-6.965-de-9-de-dez-1981.pdf.
BARROS, Ana Paula, B. DEDIVITIS, Rogério, A. & SANT'ANA, Raquel, B.Rio de Janeiro: Di Livros Editora, 2013.
BEHLAU, Mara. O livro do especialista. São Paulo, SP: 1 edição Book toy, 2001.
BRANCO, Anete & REHDER, Inês M. Disfonia e Disfagia: Interface, atualização e prática clínica.Rio de Janeiro: Revinter, 2011.
COSTA, Milton. Deglutição e Disfagia: bases morfofuncionais e videofluoroscópicas.Rio de Janeiro: LABMOTDIG, 2013.
FERNANDES, Fernanda D.M. et al (Org.). Tratado de Fonoaudiologia, Segunda Edição. São Paulo, SP. Editora Roca, 2010.
FERRAZ, Maria da C. A. Manual Prático de Motricidade Orofacial - Avaliação e Tratamento. São Paulo, SP: 6ª edição Book Toy, 2011.
ORTIZ, Karin Zazo. Distúrbios neurológicos adquiridos.Barueri, SP: Manole, 2005.
PEREIRA, Mônica M. De B., BORSEL, John V. & FERRANTE, Carla. Análise fonética e fonológica dos transtornos dos sons da fala. Rio de Janeiro, RJ: 2012.
PERIOTO, Maria C. & HITOS, Silvia F. Amamentação: Atuação fonoaudiológica – uma abordagem prática e atual. Rio de Janeiro, Revinter, 2009.
SANTOS, Teresa M. M, & RUSSO, IÊDA, C.P. Prática da audilogia clínica, São Paulo, 8ª edição, acaortez, 2011.
STAMPA, Mariângela. Aprendizagem e desenvolvimento das habilidades auditivas.Rio de Janeiro: wak Editora, 2012.
ZABOROVSKI, Ana P. & JÁIMA, Oliveira P. de. Atuação da Fonoaudiologia na escola. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2013.
ZORZI, Jaime L. A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: MÉDICO (CLÍNICA GERAL)

1. Ética e legislação profissional. 2. A educação em saúde na prática do PSF. 3. Sistema de informação da atenção básica. 4. Noções Básicas de Epidemiologia: Vigilância epidemiológica, Indicadores Básicos de Saúde. 5. Atuação do Médico nos programas Ministeriais: Hanseníase, Tuberculose, Hipertensão, Diabetes. Atenção a Saúde da Mulher. 6. Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e do Idoso. 7. Exame Clínico; Considerações Biológicas em Medicina Clínica; doenças causadas por agentes biológicos e ambientais; Doenças causadas por riscos do meio ambiente e agentes físicos e químicos; Doenças dos sistemas orgânicos; DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis: HIV e AIDS, Prevenção, Transmissão e Tratamento; Fundamentos da Psiquiatria e Doenças Psicossomáticas: Fundamentos de Geriatria, Fundamentos da Hemoterapia; Fundamentos de Epidemiologia e Doenças de Motivação Compulsória; Fundamentos de Saúde Pública; Fundamentos de Pediatria; Emergências Médicas: Cardiovasculares, Respiratórias, Neurológicas, Pneumológicas dos distúrbios metabólicos e endócrinos gastroenterológicos, das doenças infectocontagiosas, dos estados alérgicos e dermatológicos, dos politraumatizados, da Ortopedia, das feridas e queimaduras, da Ginecologia e Obstetrícia, da Urologia, da Oftalmologia e

Otorrinolaringologia, intoxicações exógenas. 8. Saúde da família na busca da humanização e da ética na atenção a saúde. Saúde mental no PSF. 9. Tratamento de feridas no domicílio. 10. Controle da dor no domicílio. 11. Intervenções Médica na internação domiciliar e assistência Médica em domicílio. Visitas Domiciliares. 12. Trabalho em equipe multiprofissional. Relacionamento Interpessoal. Propedêutica em clínica médica. Prevenção, nutrição e doenças nutricionais. Antibióticos, quimioterápicos e corticoides. 13. Epidemiologia, etiologia clínica, laboratório, diagnostico diferencial das seguintes afecções: Aparelho digestivo: esofagite, gastrite, ulcera péptica, doença intestinal inflamatória e cirrose hepática; Aparelho cardiovascular: angina pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Sistema Hematopoiético: anemias, leucoses e linfomas; Sistema renal: infecções do trato urinário, GNDA e GNC; Aparelho respiratório: pneumonia, bronco pneumonia e DPOC. 14. Urgências em Neurologia.15. Farmacologia Aplicada às Urgências.16. Fisiologia Cardiopulmonar.17. Reposição Volêmica e Sanguínea.18. Procedimentos Básicos nas Urgências.19. Transporte Médico em Urgências.20. Noções básicas sobre Doação de Órgãos.21. Acidentes com Animais Peçonhentos.22. Insuficiência Renal.23. Urgências em Psiquiatria.24. Infecções Comunitárias.25. Antibioticoterapia.26. Epidemiologia das Doenças Infecciosas.27. Doenças mais comuns na população idosa.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CECIL – TEXTBOOK OF MEDICINE – Goldman / Alsielo 22 Ed. Saunders Nobel, Elias – CONDUTAS NO PACIENTE GRAVE.

CECIL TRATADO DE MEDICINA INTERNA – Goldman, Lee; Bennett, J. Claude. 23 Ed. Guanabara Koogan.

Guanabara Koogan.Semiologia Médica – Celmo Celeno Porto 6 Ed.
Guanabara KooganMedicina interna – Harrison, Tinsley Randolph, 12 Ed.
Guanabara Koogan. Tradução de Harrison's Principles of Internal MedicineCECIL Tratado de Medicina Interna – Goldman, Lee; Bennett, J. Claude. 23Ed.
Guanabara Koogan.PROJETO DIRETRIZES AMB-CFM. Disponível em: www.projetodiretrizes.org.brBRASIL.

MEDICINA INTERNA – Harrison, Tinsley Randolph, 12 Ed., Guanabara Koogan. Tradução de Harrison's Principles of Internal Medicine.

SEMIOLOGIA MÉDICA – CELMO CELENO PORTO, 6 ED., GUANABARA KOOGAN.

PROJETO DIRETRIZES AMB-CFM. Disponível em: <www.projetodiretrizes.org.br>.

VADEMECUM DE CLÍNICA MÉDICA – CELMO CELENO PORTO, 3 ED., GUANABARA KOOGAN.

Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Cadernos de Atenção Básica, n.19.
Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em
http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cardernos_ab/documentos/abcad19.pdf Acessado em 1 de abril de 2007.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica, n.13.
Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível emhttp://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cardernos_ab/documentos/abcad13.pdf Acessado em 1 de abril de 2007.BRASIL.
Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n.12.
Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível emhttp://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cardernos_ab/documentos/abcad12.pdf Acessado em 1 de abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Cadernos de Atenção Básica, n.19. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em:

<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cardernos_ab/documentos/abcad19.pdf> Acessado em: 1 de

abr. de 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

1.Bioética e Bem-Estar Animal: conceitos básicos e condutas para a promoção do bem-estar animal. 2. Epidemiologia geral: princípios e conceitos básicos, estudos epidemiológicos; investigação epidemiológica; vigilância epidemiológica; determinantes de enfermidades; interpretação e validação de testes diagnósticos; indicadores de saúde; controle e erradicação de enfermidades. 3. Saúde pública: fundamentos de saúde pública; educação em saúde; vigilância sanitária; vigilância ambiental; resíduos de serviços de saúde veterinária; biologia e controle de vetores e roedores; zoonoses emergentes e reemergentes.4. Medicina Veterinária Preventiva: programas sanitários nacionais para as diversas espécies de animais de interesse econômico; colheita, acondicionamento e remessa de espécimes clínicos; solicitação e interpretação de exames de diagnóstico laboratorial de enfermidades; biossegurança. 5. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: obtenção higiênica, beneficiamento e processos de conservação dos produtos de origem animal e seus derivados para o consumo; inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* e as principais alterações observadas nas carnes dos animais e seus destinos; instalações e equipamentos relacionados ao abate de animais de açougue; análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e seus derivados; doenças veiculadas pela ingestão de produtos *in natura* ou industrializados de origem animal. 6. Colheita e análise de sangue, urina, fezes, raspado de pele, líquidos cavitários dos animais domésticos. 7. Aspectos patológicos da necrose, alterações circulatórias, degenerações, pigmentações patológicas, calcificações patológicas, distúrbios do crescimento e da diferenciação celular, neoplasias; técnicas de necropsia; colheita, remessa e processamento de material para histopatologia. 8. Clínica Médica Veterinária: abordagem clínica com objetivo de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ACHA, P.; ZSYFRES, B. Zoonosis y enfermidades transmisibles a hombres y animales. OPAS: Publicação Científica, n.2, 2 ed., 1986. 989 p.
AMIOT, J. Ciencia y tecnologia de la leche. Zaragoza: Acribia, 1991. 547p.
BEER, J. Doenças infecciosas nos animais domésticos. São Paulo: Roca, 2004. 398p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Controle da raiva dos herbívoros. Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2005. 104 p. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page_pageid=33,3271386&_dad=portal&_schema=PORTAL
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Inspeção de carnes: padronização de técnicas, instalações e equipamentos (Bovinos – currais e seus anexos; sala de matança). Brasília: MAPA/SDA/DIPOA, 2007. 268p.BRASIL.
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Programa nacional de controle e erradicação da brucelose e da tuberculose animal (pncebt). Organizadores: Vera Cecília Ferreira de Figueiredo, José Ricardo Lôbo, Vitor Salvador Picão Gonçalves. Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2006. 188 p. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page_pageid=33,982143&_dad=portal&_schema=
PORTAL BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Programa nacional de sanidade avícola - pnsa. Organizadores: Bruno Rebelo Pessamilio, Clarice Bechara Meurer, Regina Celia Freitas D´Arce. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page_pageid=33,981919&_dad=portal&_schema=
PORTAL BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,981950&_dad=portal&_schema=PORTALBRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Brasília: MAPA/SDA/DIPOA, 2007. 252p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Brasília: MS/SVS, 5ªed. amp. 2005.BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília: MS/FNS, 2002.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Norma Técnica de Tratamento Profilático Anti-Rábico Humano. Brasília:

MS/FNS, 1995. 43 p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Normas Operacionais de Centros de Controle de Zoonoses: Procedimentos para o Controle de Roedores. Brasília: MS/FNS, 1993. 79 p.
BRASILEIRO FILHO, G.; PEREIRA, F. E. L.; PITELLA, J. E. H.; BAMBIRRA, E. A.; BARBOSA, A. J. A. Bogliolo. Patologia Geral . 1ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. 220p.
BREILH. J. Epidemiologia: economia, política e saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1992. 276 p.
CARLTON, W. W.; MCGAVIN M. D. Patologia Veterinária Especial de Thompson . 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 672p.
CORREA, W. M.; CORREA, C.M. Enfermidades Infecciosas dos Animais Domésticos. 2ªed. São Paulo: Medsi, 1992. 843p.
CORTES, J.A. Epidemiologia - Conceitos e Princípios Fundamentais. São Paulo: Varela, 1993. 227p.
COSTA, D.C.; BREILH, J.; GOLDBERG, M.; BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia: teoria e objeto. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992. 220 p.
DIRKSEN, G.; GRUNDER, H. D.; STOBER, M. Exame Clínico dos Bovinos. 3ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. Tratado de Medicina Interna Veterinária: Doenças do Cão e do Gato. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2256p.
FEITOSA, F. L. F. Semiologia Veterinária: a Arte do Diagnóstico. São Paulo: Roca, 2004. 807p.FORATINI, O.P. Ecologia, Epidemiologia e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 1992. 529 p.FOSSUM, T. W. Cirurgia de Pequenos Animais. 3ªed. São Paulo: Elsevier, 2008. 1633p.
FURTADO, M. M. Principais Problemas dos Queijos: Causas e Prevenção. São Paulo: Fonte Editora, 1999. 176p.
GARCIA-NAVARRO, C. E. K. Manual de Urinálise Veterinária. São Paulo: Varela, 1996. 95p.
KERR, M. G. Exames Laboratoriais em Medicina Veterinária. 2ªed. São Paulo: Roca, 2003. 436p.
PARDI, M. C.; SANTOS, F. I.; SO UZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia de Carne. 2ªed. Goiânia: Cegraf, v.1 e v.2, 2001. [s.p.]PEREIRA, M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed., 2000. 596p.
RADOSTITIS, O. M.; GAY, C. C.; HINCHCLIFF, K. W. Veterinary Medicine: a Textbook of the Diseases of Cattle, Horses, Sheep, Pigs, and Goats. 10 ed. Philadelphia: W.B. Saunders, p.724-725, 2007.
REBAR, A. H.; MACWILLIAMS, P. S.; FELDMAN, B. F.; METZGER, F. L.; POLLOCK, R. V. H.; ROCHE, J. Guia de Hematologia para Cães e Gatos. São Paulo: Roca, 2003. 291p.
RIVERA, E. A. B; AMARAL, M. H.; NASCIMENTO, V. P. Ética e Bioética Aplicadas à Medicina. Veterinária. Goiânia: Gráfica da UFG, 2006. 299p.
ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde.6ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 728p.
SMITH, B.P. Tratado de Medicina Interna de Grandes Animais. 3ªed. São Paulo: Manole, 2006. 1784p.
SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S.; SESTI, L.A.C. Suinocultura Intensiva – Produção, Manejo e Saúde de Rebanho. Brasília: Embrapa, 1998. 388p.
THRALL, M.A. Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária. São Paulo: Roca, 2007. 582p.
THRUSFIELD, M.V. Epidemiologia Veterinária. São Paulo: Roca, 2004. 556 p.
URQUHART, G. M.; ARMOUR, J.; DUNCAN, J. L.; DUNN, A. M.; JENNING, F. W. Parasitologia veterinária. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 292p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.Conceito e princípios gerais de Direito Administrativo. 2.Administração Pública. 3.Poderes Administrativos. 4Abuso de poder e desvio de finalidade. 5.Atos administrativos. 6.Contratos administrativos. Licitação: Princípios e modalidades. Servidores Públicos Civis. Serviços Públicos e Bens Públicos. 7.Terras e águas públicas. Jazidas. 8.Florestas. Fauna. Espaço aéreo.9. Proteção ambiental. Tombamento. Intervenção na propriedade (desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação temporária e limitação administrativa).10. Função social da

propriedade. Intervenção no domínio econômico. Repressão ao abuso do poder econômico. Controle da Administração Pública. 11.Controle externo a cargo do Tribunal de Contas. 12. Controle judiciário. 13.A Administração em juízo. 14. Responsabilidade civil do Estado. Improbidade administrativa. 15.Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.
LEI n. 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.
_____, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.
DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. *22.ª Ed.* Atlas.
MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ª Ed., 2009.

DIREITO CIVIL

1.Lei de Introdução às normas do direito brasileiro. 2.Das pessoas naturais. 3.Das pessoas jurídicas. 4.Do domicílio. Dos bens. 5.Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. 6.Do direito das obrigações. 7.Modalidades das obrigações. 8.Da transmissão das obrigações. 9.Do adimplemento e extinção das obrigações. 10. Do inadimplemento das obrigações e suas consequências. Direitos reais e direitos reais de garantia. 11.Da Responsabilidade civil. 12.Responsabilidade contratual e extracontratual. 13.Dano patrimonial e moral. Direito das sucessões. 13.1. Lei de Imprensa. Loteamento. Incorporação imobiliária. 14.Registros Públicos. 15.Estatuto da cidade. 16.Lei complementar 95 (lei das leis).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS NETO, Sebastião José de. Curso básico de direito civil: direito das coisas. Niterói: Impetus, 2010.
DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol 1 a 5. Ed Jus Podivm, 2012.
FACHIN, Luis Edson. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direitos reais. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
FIUZA, César. Direito civil: curso completo. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
GOMES, Orlando. Direitos reais. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: volume 4 : direitos reais e direitos intelectuais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.
MELO, Marco Antônio Bezerra de. Direito das coisas. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de direito civil: volume 3 : direito das coisas. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção Neves. Manual de Direito Processual Civil. Volume Único. 4 ed. São Paulo: Método, 2012.
PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. Instituições de direito civil: volume 4 : direitos reais : posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.
RIZZARDO, Arnaldo. Das servidões. Rio de Janeiro: Aide, 1984.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das coisas. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito civil: volume 4 : direito das coisas. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.Jurisdição e competência. 2.Ação, processo e procedimento. 3.Condições da ação e pressupostos processuais. Princípios do processo civil brasileiro. Instrumentalidade do processo. Das partes e dos procuradores. 4.Litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros. 5.Atos processuais: forma, tempo e lugar. 6.Prazos. 7.Comunicações dos atos. 8.Nulidades. 9.Formação, suspensão e extinção do processo. 10.Do procedimento ordinário.11. Petição inicial. 12.Resposta. Reconvenção. Revelia. Tutela antecipada. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência preliminar, saneamento e conciliação. Provas. 13.Audiência de instrução e julgamento. 14.Demais procedimentos. 15. Sentença. 16. Liquidação de sentença. 17.Cumprimento da sentença. 18.Coisa julgada. Execução de títulos extrajudiciais. Outras espécies de execução. Embargos do devedor. 19.Embargos de terceiros. 20.Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de anulação e substituição de títulos ao portador. 21.Ação de prestação de contas. 22.Ações possessórias. 23.Restauração de autos. Ação monitória. Mandado de segurança. Ação popular. Ação civil pública. 24.Desapropriação. Recursos em geral. 25.Processo cautelar.26. Medidas inominadas e procedimentos cautelares específicos. Sentença. 27.Juizados Especiais Cíveis.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS NETO, Sebastião José de. Curso básico de direito civil: direito das coisas. Niterói: Impetus, 2010.

FACHIN, Luis Edson. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direitos reais. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FIUZA, César. Direito civil: curso completo. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GOMES, Orlando. Direitos reais. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: volume 4 : direitos reais e direitos intelectuais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

MELO, Marco Antônio Bezerra de. Direito das coisas. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de direito civil: volume 3 : direito das coisas. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. Instituições de direito civil: volume 4 : direitos reais : posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. Das servidões. Rio de Janeiro: Aide, 1984.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das coisas. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito civil: volume 4 : direito das coisas. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Livro III, Do Direito das Coisas – arts. 1.196 ao 1.510. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1.Conceito e Fontes do Direito Tributário. 2.Sistema Tributário Nacional. 3.Legislação tributária.

4.Norma matriz de incidência tributária. 5.Não incidência. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6.Eficácia, efetividade e validade da norma tributária. 7.Administração Tributária. Fiscalização. 8.Certidão negativa. 9.Dívida ativa. Tributos. 10.Definição e classificação de tributos.11. Espécies de tributos.12. Imposto. 13.Taxas.14. Contribuições de melhoria. 15.Empréstimos compulsórios. 16.Contribuições Especiais. 17.Competência Tributária. 18.Conceito e características. 19.Conflitos de competência tributária. 20.Sistema Constitucional Tributário. 21.Princípios constitucionais gerais e tributários. 22.Limitações constitucionais ao poder de tributar. 23.Imunidades tributárias. 24.Obrigação Tributária. 25.Relação tributária. 26.Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária. 27.Lançamento e Crédito Tributário. 28.Suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário. 29. Responsabilidade Tributária. 30.Responsabilidade e solidariedade. 31.Responsabilidade de terceiros. 32.Responsabilidade dos sucessores. 33.Responsabilidade por infrações. 34.Tributos de competência dos Estados e dos Municípios. 35.Processo Tributário Administrativo e Judicial. 36.Execução fiscal. 37.Ação declaratória. 38.Ação de repetição de indébito. 39.Ações Cautelares. Tribunal de Contas e Controle da Constitucionalidade. 40. Lei de Responsabilidade Fiscal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 18 Ed. São Paulo, 2012.
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 6 Ed. São Paulo, 2012.
CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugênia Teixeira Cassone. Processo tributário: teoria e prática. São Paulo, Atlas, 2011.
HARADA, Kyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 20 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.Princípios Constitucionais. 2.Estado, Governo e Organização Federal, Estadual e Municipal. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos Sociais.3. Nacionalidade e Cidadania. 4.Direitos e Partidos Políticos.5. Repartição de competências no Estado Brasileiro. 6.Administração Federal, Estadual e Municipal. 7. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Executivo. 8.Presidente da República, Ministros e Conselhos. Poder Judiciário. 9.Tribunais Estaduais e Federais. 10.Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça. 11.Tribunal Superior do Trabalho. 12.Ministério Público. 13.Controle da Constitucionalidade das Leis. 14.Tribunais de Contas.15. Sistema Tributário Nacional. 16.Sistema Nacional de Seguridade Social. Habeas data. 17.Mandado de segurança. Ação popular.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Título III- Cap VII – Da Administração Pública – Seção II- Dos Servidores Públicos – Art. 39 a 41. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.
LEI n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.
MORAES, A. Direito Constitucional. 24.ª Ed, 2.009.
SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 32.ª Ed., 2009., 32.ª Ed., 2009.

DIREITO DO TRABALHO

1. Direito do Trabalho: conceito, características, divisão, natureza, funções, autonomia.

2.Fundamentos e formação histórica do Direito do Trabalho. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização. Desregulamentação. 3. Fontes formais do Direito do Trabalho. Conceito, classificação e hierarquia. Conflitos e suas soluções. 4. Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Métodos básicos de exegese. O papel da equidade. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido. 5.Princípios do Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma. 6. Renúncia e transação no Direito do Trabalho. Comissões de Conciliação Prévia. 7. Relação de trabalho e relação de emprego. Estrutura da relação empregatícia: elementos componentes; natureza jurídica. 8. Relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. Portuário. Lei n. 8.630/93. Estágio. Cooperativas de mão-de-obra. Contratos de trabalho por equipe. 9. Empregado: conceito, caracterização. Altos empregados: trabalhadores intelectuais, exercentes de cargos de confiança. Os diretores e os sócios. Mãe social. Índios. Aprendiz. Empregado doméstico. 10. Empregador: conceito, caracterização. Cartório não oficializado. Empresa e estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Consórcio de empregadores. Situações de responsabilização empresarial. 11. Trabalho rural: empregador.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS, Jorge César de. Comentários ao Código Penal Militar. Comentários, Doutrina e Jurisprudência dos Tribunais Militares e Tribunais Superiores. Parte Geral - Artigos 1 a 135 e Parte Especial - Artigos 136 a 410, 7ª Edição. Ed. Juruá, 2010.

DIREITO PENAL

1.Dos crimes contra a administração pública. 2.dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. 3.dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. 4.dos crimes contra a administração da justiça.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. 5. ed., rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2005.
GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. 4.ed. Niterói, Rio de Janeiro. Impetus, 2007. Volume III.
JESUS, Damásio E. de. Código penal anotado. 11. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2001.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
NUCCI, Guilherme de Souza. . Código penal comentado. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2012.
PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal: doutrina, jurisprudência selecionada, leitura indicada. São Paulo: R. dos Tribunais, 2002.
PRADO, Luiz Regis. . Curso de direito penal brasileiro, volume 2: parte especial : arts. 121 a 183. 2. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.Teoria geral da prova penal – Conceito de prova – Objeto da prova – Evolução e características dos sistemas probatórios contemporâneos – O Direito à prova no Brasil: textos constitucionais, convenções internacionais e leis ordinárias – Princípios gerais da prova – Sistema de apreciação – Classificação das provas – Meios de prova – A verdade real e a verdade formal – Limites ao direito à prova – Prova ilícita e prova ilegítima – O princípio da proporcionalidade – Sigilo das comunicações – A Lei n. 9.296, de 24/07/96: comentários – Ônus da prova – Prova emprestada – O álibi – O princípio do in dubio pro reo. 2. Das provas em geral – Do exame de corpo de delito e outras perícias – Do interrogatório do acusado - Da confissão – Retratabilidade e divisibilidade – Valor probante – Perguntas ao ofendido – Das testemunhas – Capacidade

– Obrigação e recusa de depor – Pessoas proibidas de depor – Contradita: oportunidade - Compromisso – Do reconhecimento de pessoas e coisas – Acareação – Prova documental. Documento: conceito, autenticidade, admissibilidade, oportunidade para apresentação – Indícios e presunções: definições – Valor probante – Busca e apreensão – Busca domiciliar e pessoal – O mandado e o auto de busca e apreensão – A busca sem mandado – Restituição de coisas apreendidas.3.Atos de comunicação processual – Generalidades – Citação – Conceito – Classificação – Efeitos da citação válida – Citação por mandado – Citação por precatória – Citação do militar – Citação do preso – Citação do funcionários público – Citação por edital – Inovação introduzida pela Lei n. 9.271/96 – Citação por rogatória – Inovação introduzida pela Lei n. 9.271/96 – Intimação Definição – Distinção entre intimação e notificação – Prazos processuais e sua contagem – O termo a quo e o termo ad quem – Prazos contínuos e peremptórios. 4. Processo – Definição de processo – Processo e procedimento: distinção – Sistemas processuais – Pressupostos de existência da relação processual – Pressupostos de validade da relação processual – Dos processos em espécie – Procedimento comum dos crimes apenados com reclusão e para os crimes apenados com detenção – Procedimento dos crimes da competência do Tribunal do Júri – Considerações gerais – Fases do procedimento – Pronúncia – Impronúncia – Absolvição sumária – Desclassificação – Despronúncia – Desaforamento. 5. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal. Do processo e julgamento dos crimes contra a honra. Do processo penal falimentar. Aspectos gerais. Inquérito judicial . Ação penal. Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e julgamento dos crimes contra a honra. Do processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. 6.Sentença. Definição – Generalidades – Natureza jurídica – Classificação das decisões – Conceito de sentença em sentido estrito – Classificação das sentenças em sentido estrito – Requisitos formais da sentença – Sentença suicida – Embargos declaratórios - Princípio da correlação – Emendatio libeli – Mutatio libeli – Sentença absolutória: hipóteses e efeitos – Sentença absolutória imprópria – Sentença condenatória – Efeitos – Intimação da sentença. 7. Teoria Geral dos Recursos – Noções fundamentais - Conceito – Natureza jurídica – Classificação – Princípios gerais dos recursos – Requisitos de admissibilidade dos recursos penais: pressupostos objetivos e pressupostos subjetivos – Efeitos – Extinção . 8.Dos recursos em espécie: generalidades. Apelação – Recurso em sentido estrito – Embargos infringentes – Embargos declaratórios – Agravo em execução – Carta testemunhável – Correição parcial – Recurso ordinário constitucional – Recurso especial - Recurso extraordinário – Reformatio in pejus e reformatio in mellius – Das ações de impugnação – Revisão criminal – Habeas corpus – Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CAPAZ, Fernando. Curso de Processo Penal. Editora Saraiva.
DELMANTO JÚNIOR, Roberto. As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. Editora Renovar.
GOMES, Luís Flávio. Direito de Apelar em Liberdade. In: Revista dos Tribunais.
_____ e CERVIN, Raúl. Interceptação Telefônica – Lei n. 9.296, de 24.07.96. In: Revista dos Tribunais.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. Editora Saraiva.
GRINOVER, Alda Pellegrini e outros. As mulidades no processo penal. Malheiros Editores.
_____.Recursos no processo penal. In: Revista dos Tribunais.
JARDIM, Afrânio Silva.Direito Processual Penal. Editora Forense.
KARAN, Maria Lúcia. Competência no Processo Penal. In: Revista dos Tribunais.
LIMA, Marcellus Polastri. Ministério Público e a Persecução Penal. Editora Lumen Juris.
MACHADO, Marlon Wander. Os recursos no processo penal e a Reforma tio in pejus. WVC Editora.
MAGALHÃES FILHO, Antônio.Direito à Prova no Processo Penal. In: Revista dos Tribunais. Marques Bookseller.
MEHMERI, Adilson. Manual Universitário de Processo Penal. Editora Saraiva.
MIRABETE, Júlio Fabrini.Código de Processo Penal Interpretado. Editora Atlas.
NORONHA, E. Magalhães.Curso de Direito Processual Penal. Editora Saraiva.
NUCCI, Guilherme de Souza. O Valor da Confissão. In: Revista dos Tribunais.
(Dir467-pág.02/03)
PAGANELLA, José Antônio.Ação Penal. Aide.

TORNAGHI, Hélio. Compêndio de Processo Penal. 4 vol. José Konfino Editor.
_____. Curso de Processo Penal. 2 vol. Editora Saraiva.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado. 2 vol. Saraiva.
_____.Prática de Processo Penal. Editora Saraiva.
TOVO, Paulo Cláudia. Nulidades no processo Penal Brasileiro. Sérgio Antônio Tabris Editor.

SUGESTÕES DE LEGISLAÇÃO:

Lei Federal n. 8883/94 – Institui normas para licitações e outras providências.
Lei Complementar n. 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade. na gestão fiscal**.** Administração orçamentária. Renúncia de Receita. Administração da Despesa: aumento de despesa, despesas obrigatórias de caráter continuado.
Portaria Interministerial n. 163/2001 – Dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas Lei n. 11638/2007 – Altera dispositivo da Lei n. 6404/76.
Lei n. 10028/2000.
Lei n. 4320/64 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal: Plano de Contas; Orçamento; Receita e Despesa Pública; Demonstrações Contábeis; Balanço Geral; Sistema de Controle Interno e Externo; Gestão Fiscal. A despesa: fases para a sua realização. Empenho. O orçamento: princípios, leis e processo legislativo. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. A dívida pública. Controle e fiscalização financeira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO: PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO N1

1. Educação e contexto social: organização da educação brasileira/ legislação educacional/ políticas educacionais. 1. A relação sociedade e educação, teorias pedagógicas e políticas educacionais no Brasil. 1.2. A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil. 1.4. Educação infantil, educação para os anos iniciais do ensino fundamental, educação de adolescentes, Jovens e adultos, educação para a diversidade. 2. A organização e a gestão das instituições educacionais: a organização do Trabalho Pedagógico na escola. 2.1. Planejamento educacional, 2.2. Parâmetros curriculares nacionais, 2.3. Diretrizes Curriculares Nacionais e o Currículo de formação, 2.4 Projeto político pedagógico: concepção, formulação, construção, avaliação. 2.5. Plano de ensino.2.6. Projetos didáticos de trabalho. 2.7. Plano de aula. 3. O trabalho do profissional da educação: processos de ensino aprendizagem e construção do conhecimento. 3.1. A mediação Pedagógica. 3.2. Avaliação da aprendizagem: os sujeitos e os objetos de avaliação. 3.3. Concepções de avaliação da aprendizagem e práticas avaliativas. 3.4. Processos e instrumentos de avaliação. 4. Didática e Metodologia de ensino: 4.1. Metodologia de Alfabetização. 4.2. Metodologia de Matemática. 4.3. Metodologia de Ciências 4.4. Metodologia de História e Geografia. 5. A formação de professores: a relação teoria-prática, a identidade e a profissionalização docente. 5.1. As perspectivas de formação docente. 5.2. Formação inicial e formação continuada. 5.3. Saberes especializados da docência. 5.4. A pesquisa na formação e na prática dos professores. 5.5. Dimensão ética da profissão docente. 6. As tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas. 7. Disciplina, indisciplina e motivação da aprendizagem. 8. Interdisciplinaridade e transversalidade. 9. Inclusão Educacional. 10. Legislação Educacional: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia. Diretrizes Curriculares da Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa de. A criança de seis anos e o ensino fundamental. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 10, 2012. Disponível em: 35ª reunão.anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.
ALONSO, Kátia Morosov. Tecnologias da informação e da comunicação e formação de professores: sobre rede e escola. EDUC. SOC., Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p. 747-768, out. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em agosto de 2013.

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP, Papirus,2001.
AQUINO, Júlio Groppa. Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo : Moderna, 2003.
BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R.; CATANHEIRA, S. F. Formação do professor como agente letrador. SP: Editora Contexto, 2010.
BRASIL. Ministério da Educação. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid=936 Acesso em: 03/09/2013.
BRASIL. Ministério da Educação. DECRETO n. 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11 Acesso em 03/09/2013.
BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf Acesso em: 03/09/2013.
BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.
BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 01/2000. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12816&Itemid=866>.
BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em 03/09/2013.
BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília, 1997.
BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998.
CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática Crítica Intercultural: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 2012.
CATANI, Denice Barbara;GALLEGO, Rita de Cassia. Avaliação. São Paulo:Editora UNES,2009.
CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; NETO,José Batista. Discutindo os elementos estruturantes da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 08, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.
FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. Interfaces da docência (des)conectada: usos das mídias e consumos culturais de professores. http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6512--Int.pdf Acesso em 03/09/2013.
FRANCO, Maria Amélia R.S. Pedagogia e Prática docente São Paulo : Cortez, 2012.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
GALVÃO, Izabel; Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, 1995. (Educação e Conhecimento).
GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. Cartografias do trabalho docente:professor (a)pesquisador (a). Campinas, SP, Mercado das Letras,1998.
GIMENO. José Sacristán; GÓMEZ, Pérez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre : Editora Mediação, 34ª ed. Revista, 2003.
HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.
INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Dossiê educação inclusiva. Goiânia: Editora da UFG, v.31, n.2, jul./dez.2006.
INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Dossiê infância. Goiânia: Editora da UFG, v.33, n.2, jul./dez.2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14ª ed. São Paulo: Cortez,2011.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas. In: Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança: diferentes olhares para a didática. Goiânia, CEPED/PUC Goiás, 2011. p. 85-100.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2013.
LIMA, Maria Socorro. Estágio e aprendizagem da profissão docente. Brasília: Liber livro, 2012.
LISITA, Verbena Moreira; SOUSA Luciana Freire (org.) Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de janeiro: DP&A, 2003.
LUCKESI. C.C. O ato de avaliar a aprendizagem como componente do ato pedagógico. In: *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 147-178.
MACEDO**,** Nélia Mara Rezende. Crianças e redes sociais: uma proposta de pesquisa online. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 16, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.
MACHADO. Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. Retratos da Escola. Revista Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Brasília, n. 2/3, 2010.
MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V.A. (Org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti, et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de Investigação e formação. São Carlos : EdUFSCar, 2002.
OLIVEIRA**,** Ana Flávia Teodoro de Mendonça; ARAÚJO**,** Clarissa Martins de. A formação de professores para a educação inclusiva: um olhar sobre os saberes docentes do professor-formador. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 08, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.
OLIVEIRA, Dalila Andrade de. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. São Paulo: Vozes, 2012.
OLIVEIRA, Inês B. e PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos. Petrópolis, RJ: DP Et. Alii, 2009.
OLIVEIRA, Maria Rita N.S; PACHECO, José Augusto (orgs). Currículo, didática e formação de professores. Campinas SP : Papirus,2013.
PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Editora Ática, 1997.
QUILES Cláudia Natália Saes. As salas de tecnologias educacionais: modos de "ensinar" e de "aprender" como traduções de cultura escolar. Disponível em: http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files /file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6469--Int.pdf Acesso em 03/09/2013.
REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (orgs.). Formação de professores, práticas pedagógicas e escola. São Carlos : EdUFSCar, 2002.
RECH, Ilona Patrícia Freire. A "hora da atividade" no cotidiano das instituições. In: FILHO MARTINS, Altino José. *Infância plural* - crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006, p.59-84.
REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.
RIOS, Terezinha Azeredo Rios. Ética e Competência. São Paulo, Cortez, 2005.
ROSA, Dalva E. Gonçalves, SOUZA.Vanilton Camilo (org.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
SELBACH, Simone et al. Língua portuguesa e didática. Coord. Celso Antunes. Petrópolis: Vozes, 2010 (Coleção como Bem Ensinar).
TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e Prática de matemática: como dois e dois. 1 ed. São Paulo: FTD, 2010.
TOSCHI, Mirza Seabra. Leitura na tela: da mesmice à inovação. Goiânia: Ed. Da PUC Goiàs., 2010.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2006.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: um documento e um movimento participativo. In: *Educação Básica e Educação Superior:* projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 2004, p. 77 a 82.
VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 18ª ed. Campinas, SP : Papirus, 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO: PSICOLÓGO

1.Psicologia da criança. 2. Modelos teóricos do desenvolvimento, tendências atuais. 3.Ecologia do Desenvolvimento Humano. 4.Contextos de Desenvolvimento Infantil. 5.Desenvolvimento Intelectual Piaget. 6.Situações de Risco na Infância. abuso sexual, negligência, violência Infantil. 7.Desenvolvimento do Autoconceito e Auto-estima. 8.Práticas Parentais e Desenvolvimento Infantil. 9.Estatuto da criança e do Adolescente.10. Psicologia da Adolescência e vida adulta. 11.Ansiedade, como resultante e ou consequência da vida urbana. 12.Situações estressantes: desemprego; Competitividade profissional; quebra de valores tradicionais como a importância do outro, regulador de regras e habilidades sociais. Depressão. 13.O desamparo emocional presente diante de frustrações e impedimentos sociais. 14.Uso abusivo de drogas e estilos parentais intervindo na criação e ou manutenção da violência urbana: trânsito, vida doméstica, sociedade. 15.Estresse e Burnout, males do século XXI? 16.Psicologia do envelhecimento, meia idade e terceira idade. 17.Teoria da life-span. 18.Características e conflitos da meia idade. 19.Climatério - menopausa e andropausa. 20.Autonomia, dependência e independência. 21.Qualidade de vida do idoso. 22.Estatuto dos diretos do Idoso. 23.Política e exclusão social. Lei Maria da Penha (Lei 11.340). 24.Direitos Humanos e Cidadania (Lei 10.639). 25.SUAS (Sistema Único da Assistência Social). 26.CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social). 27.Código de ética do Psicólogo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, A. B. et al. Climatério. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
BAPTISTA, Makilim N. e cols. Depressão e Burnout: similaridades e diferenças. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento. Santo André, SP: ESETec, 2004. v.14.
BECK, A. T., RUSH, A. J., SHAW, B.F. e EMERY, G. Terapia cognitiva da depressão. Rio de Janeiro: Zahar.1992.
BRONFENBRENNER, U. A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados. Porto alegre: ArtMed. 1996.
CABALLO, Vicente. Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. São Paulo: Santos. 2002.
DEL PRETTE, Zilda e DEL PRETTE, Almir. Psicologia das habilidades sociais. Terapia e educação. Petrópolis: Vozes. 1999.
DESSEN, M. A. e COSTA JÚNIOR, A. L. A Ciência do Desenvolvimento Humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: ArtMed. 2005.
GRAEFF, Frederico G. Drogas psicotrópicas e seu modo de ação. São Paulo: EPU. 1989.
MARINHO, Maria Luiza e CABALLO, Vicente. (orgs.). Psicologia clinica e da saúde. Londrina: UEL. 2001.
MESTRE, Marilza e cols. Perfil do condutor infrator da cidade de Curitiba em 2001. cap.51. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: clinica, pesquisa e aplicação. Santo André, SP: ESETec, 2003. v.12.
MORAIS, Paulo R. psicologia do estresse e da síndrome de Burnout. Cap. 12. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento. Santo André, SP: ESETec, 2004. v.14.
NERI, A. L. (org.) desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papirus, 2001.
NERI, A. L. (org) Psicologia do Envelhecimento. Campinas: Papirus. 1995.
NERI, A. L. (org) Qualidade de vida e idade madura. Campinas: Papirus. 1993
NUNES, Sandra O. Alterações neuroquímicas da depressão. Cap. 25. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: clinica, pesquisa e aplicação. Santo André, SP: ESETec, 2003. v.12.
O estresse e as alterações imunológicas. Cap. 26. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: clinica, pesquisa e aplicação. Santo André, SP: ESETec, 2003. v.12.
RANGÉ, Bernard. Psicoterapia comportamental e cognitiva de transtornos psiquiátricos. Vol. II. Campinas/SP: Livro Pleno. 2001.
RANGÉ, Bernard (org.). Psicoterapias cognitivo-comportamentais. Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: ARTMed. 2001.
ROCHA, Giovana V. M. da. Práticas parentais e desenvolvimento do self: observações para intervenções

junto a famílias “disfuncionais. em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento. Santo André, SP: ESETec, 2004. v.14.
ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: ArtMed. 2004.
SANTOS, Gabriel T. A psicologia comportamental na formação dos profissionais da saúde. cap. 34. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: clinica, pesquisa e aplicação. Santo André, SP: ESETec, 2003. v.12.
SILVARES, Edwiges F. de M. e GONGORRA, Maura, A. N. Psicologia clinica comportamental. A inserção da entrevista com adultos e crianças. São Paulo: Edicon, 1998.
WEBER, Laisa e GOM IDE, Paula I. O comportamento moral e os estilos parentais. Em BRANDÃO, Maria Zilah (org) Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento. Santo André, SP: ESETec, 2004. v.14.